



TJBA

em Ação



Casa do saber

Unicorp terá nova sede em Monte Serrat

MÉTODO

Constelação familiar propõe
solução de conflitos

Pág. 4

BALCÃO

Unidades do Cejusc
promovem a paz

Pág. 12

IMBATÍVEIS

Tribunal e sindicatos
se entendem

Pág. 36



PROJETO PAI PRESENTE

Construindo laços, fortalecendo famílias



A presença de um pai faz toda a diferença.

Por isso, participe do Projeto Pai Presente.

É fácil, gratuito e você contribui para um futuro melhor para seu filho.

Para mais informações, procure qualquer unidade do CEJUSC ou cartório de Registro Civil, envie um e-mail para paipresente@tjba.jus.br ou ligue 0800 284 2252.

Sumário

Famílias Unidas	4
O melhor Dia dos Pais	8
Na Paz do Cejusc	12
Visita Franca	16
O Poder da web	17
Mover e Agir	18
Pôster	20
Alicerce para o Futuro	22
Livre Expressão	28
Postos Revitalizados	31
Breves	32
Use bem o seu Poder	34
#tamojuntosindicatosTJBA#	36
Álbum de Trabalho	42
Texto Leve	46
Na Trilha do Saber	48
Justiça Cult	50
TJ Social	54
Click!	58

Com a palavra...



Este é o terceiro número da nossa Revista Eletrônica TJBA EM AÇÃO. Nesta edição, para minha satisfação pessoal, a Unicorp vem estampada na capa e ganha uma abordagem especial, com destaque para a nova sede que vem sendo cuidadosamente preparada para inauguração neste segundo semestre.

Os que me conhecem mais proximamente sabem de minha identificação com a formação do ser humano, antecedente à sua condição de magistrado ou servidor. Dirigi a Escola de Magistratura do Estado da Bahia em duas oportunidades e lá tive a satisfação de certificar mais de 1,3 mil alunos, além de deixar uma biblioteca totalmente recuperada e ampliada, com cerca de 2,5 mil títulos para consulta.

Agora, já em um outro momento, me vejo à frente da Universidade Corporativa e me deparo com a chance de privilegiar ainda mais o aprimoramento da prestação jurisdicional. Este é um desafio que me propus e espero superar com a união de todos que compreendemos a importância de identificar, valorizar e capacitar os vocacionados.

Há, ainda, um espaço especial para o Projeto Pai Presente, iniciativa que não só proporciona a assunção da responsabilidade paterna, mas consagra o direito de reconhecimento da filiação como garantia da dignidade humana. A estatística divulgada este mês apontou um aproveitamento de 72% entre os resultados dos exames de paternidade apurados, evidenciando o sucesso do programa.

Outros temas relevantes são abordados nesta edição e não estão adiantados aqui para não estragar o prazer da descoberta. Posso assegurar que a realização da primeira audiência com uso de videoconferência não foi esquecida, assim como as chamadas constelações familiares. Há muito mais. Agora é com você. Boa leitura.

Des. Maria do Socorro Barreto Santiago
Presidente

NUPEMEC

NÚCLEO PERMANENTE DE MÉTODOS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS

AEP II

ASSESSORIA ESPECIAL DA PRESIDÊNCIA - INSTITUCIONAL -



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA

Conselho Editorial: Carlos Machado, Cícero Moura, Flávio Novaes, Igor Caires e Joana Pinheiro

Revista Eletrônica TJBA EM AÇÃO, Nº 3, Ano 1, Julho de 2016

Assessor de Comunicação: Flávio Novaes (DRT-1724 - Coordenação editorial) | **Edição:** Paulo Leandro (DRT-1214/BA)

Reportagem e textos: Ari Donato (DRT-712/BA) e Danile Rebouças (DRT-2417) | **Projeto Gráfico:** Adriano Biset Queiroz

Repórter Fotográfico: Nei Pinto | **Colunista:** Adriana Barreto | **Estagiárias:** Ana Luiza Bêlico e Rayane Araújo

Secretária: Surânia Franco Lima Sales | **Colaboradora:** Juliana Spínola (Unicorp)

www.tjba.jus.br • e-mail: ascom@tjba.jus.br • Tel.: (71) 3372.5037 / 5038 / 5538 • whatsapp (71) 98118.2361

FAMÍLIAS UNIDAS

Juiz Sami Storch tira dúvidas sobre Constelação Familiar

A Constelação Familiar busca a solução de conflitos de forma pacífica e consensual. Faz com que as partes envolvidas vejam e sintam com maior clareza qual o caminho para a solução.

O juiz de direito da 2ª Vara Cível de Valença, no Baixo Sul, Sami Storch, especialista em Constelações Familiares e Organizacionais, tem aplicado algumas dessas técnicas nas audiências, obtendo índices expressivos de conciliações. Em ações de Vara de Família, os acordos chegam a 100%, e em casos de adolescentes envolvidos em atos infracionais, verificou-se índice de 86% de não-reincidência.

A adoção da Constelação Familiar como metodologia na solução de conflitos na Justiça está amparada na Resolução 125/2010 do Conselho Nacional de Justiça. Também está prevista no novo Código de Processo Civil (art. 3º e art. 694), que determina a utilização de outros métodos de solução consensual e de profissionais de outras áreas do conhecimento para mediação e conciliação.

Nesta entrevista exclusiva ao TJBA em Ação, o magistrado esclarece sobre essa abordagem e como ela pode ser usada na Justiça.

Como definir a constelação familiar na Justiça?

Juiz Sami - A Constelação Familiar é uma abordagem sistêmica e fenomenológica que originalmente era um método terapêutico, mas que hoje já é utilizado em diversas áreas. Alguns recursos das constelações podem ser usados de forma pontual, tanto em organização, em coaching, em consultoria empresarial, em escolas, tratamento de doen-

ças e sintomas. E nós começamos a aplicar isso na Justiça, como recurso para conciliação, para sensibilizar as partes em conflito, para que tenham um olhar mais amplo, mais compreensivo, e possam ter melhor resultado na vida.

Qual a melhor forma para traduzir o termo constelação familiar?

Juiz Sami - O termo constelação surgiu de uma tradução um pouco equivocada do alemão. A tradução literal é colocação. Aí se traduziu para constellation, em inglês, e ficou constelação no português. Mas em alemão, o nome original é colocação familiar, porque colocamos representantes da família no mesmo espaço. É uma abordagem fenomenológica porque não é racional, os representantes não agem como atores. Não é um psicodrama em que se faz uma análise psicológica. Mas se trabalha com uma ciência também chamada campos mórficos ou morfogenéticos ou campo de ressonância mórfica, onde a pessoa colocada no lugar de outra se sente como se fosse aquela pessoa, então, surgem sentimentos, expressões profundas daquilo que está oculto no sistema. Então, através da constelação, é possível descobrir o que está por trás de uma dificuldade de relacionamento.

Quais as situações em que essas técnicas podem ser usadas na Justiça?

Juiz Sami - São questões muito amplas, podem ser em questões familiares; divórcio; alimento; para se identificar quem é o melhor guardião entre os pais ou se a guarda é compartilhada; pode ser em casos de adoção, para avaliar se é benéfica ou não. É possível usar também com o adolescente infrator para verificar em honra a quem do seu sistema familiar

“O conhecimento das leis sistêmicas traz para nós um olhar mais amplo, mais humano, para realmente atender a necessidade das pessoas”

ele está agindo daquela forma. Questões criminais, como uma forma de reabilitação das pessoas que têm o padrão de violência, incluindo quem for excluído, reconhecendo quem precisa ser reconhecido. Em questões empresariais, previdenciárias ou indenizatórias também pode-se usar a constelação.

Quem pode usar a constelação familiar na Justiça?

Juiz Sami - A constelação não é só uma técnica, um procedimento, é uma ciência. Ela inclui o conhecimento dessas ordens do amor, ordens sistêmicas da vida, e pode ser usada por qualquer pessoa, tanto no âmbito profissional, quanto nos seus relacionamentos afetivos. Então, um juiz, quando tem conhecimento dessas ordens e consegue estar em paz consigo mesmo, ele pode ajudar melhor as pessoas. Um mediador, um conciliador, qualquer pessoa que atenda um cidadão - professores, conselho tutelar, oficiais de Justiça - podem usar a constelação. É uma ciência que está a serviço da humanidade, qualquer pessoa pode usar.

“O Tribunal da Bahia é o primeiro a fazer isso, no mundo”

Precisa de alguma capacitação para o magistrado usar essas técnicas?

Juiz Sami - Sim, caso se queira aplicar a constelação, é preciso um treinamento mais extenso. O treinamento básico costuma durar dois anos pelo menos. E tem sempre aprofundamento, é uma ci-



PING

ência muito ampla. Mas com um curso mais breve, é possível ter noções básicas e fazer alguns exercícios, enxergar além do que o que a gente vê com os olhos normalmente, para isso não precisa de tanto tempo. Está ao alcance fácil para qualquer pessoa aprender.

Quais os principais benefícios do uso dessas técnicas na Justiça?

Juiz Sami – Tem o aspecto mais visível, que são as estatísticas. O índice de conciliação é impressionante. Casos tidos como difíceis, processos antigos, mais de dez anos de processo com audiências, doloridos de se tratar, e que uma constelação pode desemaranhar. Pode, de repente, surgir algo, uma pessoa da família que não era parte do processo mas que tem presença na alma da família, e esse reconhecimento pode trazer alívio geral para todos. O conhecimento das leis sistêmicas traz para nós um olhar mais amplo, mais humano, para realmente atender a necessidade das pessoas.

É preciso de alguma estrutura para usar a constelação?

Juiz Sami - Não, é só uma formação. Uma capacitação, um investimento que dá um resultado maravilhoso. Tanto que, cada vez mais, não só juizes, mas mediadores e advogados estão vendo o quanto ela tem ajudado no trabalho de mediação, na solução rápida de conflitos para o cliente.

Como o senhor compara o TJBA com outros tribunais no uso desses procedimentos?

Juiz Sami - Estamos caminhando, o Tribunal da Bahia é o primeiro a fazer isso, no mundo. Fizemos a primeira experiência de constelação na Justiça. Tanto que, em razão disso, o próprio Bert Hellinger (terapeuta e filósofo alemão) - o autor das constelações - me chamou para apresentar o meu trabalho



“O índice de conciliação, de quem segue nosso método, chega a ser impressionante.”

em um congresso na Alemanha. A experiência da Bahia está sendo divulgada internacionalmente e, a partir daqui, estão surgindo outras pessoas interessadas. Então, já tem tribunais dando formações em constelação a seus magistrados e mediadores. Nesse aspecto, nós ainda não começamos a dar uma formação. O CNJ já deu um reconhecimento através do prêmio Conciliar é Legal. O campo já está aberto e o Tribunal de Justiça da Bahia vem incentivando, apoiando desde o início. Eu

sinto muita gratidão, muito reconhecimento pelo tribunal por abrir esse espaço.

A constelação pode ser usada na mediação, conciliação ou Justiça Restaurativa?

Juiz Sami - Sim, a constelação não é concorrente de nenhum deles e nem tem como compartimentalizar, dizer isso é constelação, isso é mediação. São recursos que podem ser usados, na mediação, conciliação, Justiça Restaurativa, é uma ciência que serve para qualquer tipo de atividade. 🙌

SAIBA MAIS

A Constelação Familiar leva em conta os diversos olhares e perspectivas sobre o tema da família. Sua premissa básica é que todos fazemos parte de um grupo, um sistema, uma família. Não existimos isoladamente, mas numa sociedade, na natureza, dentro das empresas, do planeta. A ideia partiu do alemão Bert Hellinger que desenvolveu essa forma de interpretarmos essas relações. Como funciona esta forma de ver o mundo é a contribuição do juiz Sami Storch ao TJBA.



SIGA NOSSAS REDES SOCIAIS!



facebook.com/TribunalJusticaBA



instagram.com/tjbaoficial



twitter.com/tjbahia



youtube.com/tribunaljusticaba



flickr.com/tjbahia



soundcloud.com/tjbahia

O Pai Presente – projeto da Assessoria Especial da Presidência para Assuntos Institucionais (AEP II) – avança na capital e interior da Bahia. Em 2016, por exemplo, até o dia 14 de julho, foram realizados 103 exames de DNA para verificação de paternidade, somente na comarca de Salvador. Do total, ao menos 48 famílias já tiveram o resultado positivo, com o posterior reconhecimento da paternidade. Os demais estão em processo de investigação.

O Tribunal de Justiça da Bahia atua com o projeto, que promove a mediação de conflitos familiares convidando supostos pais para o reconhecimento espontâneo da paternidade, desde o ano de 2012.

Do início da adoção do Pai Presente até 14 de julho, a comarca de Salvador já concedeu 1.291 autorizações para a realização do exame e em 827 casos houve a confirmação da paternidade. Outras 264 crianças também ganharam o nome do pai na certidão de nascimento de forma espontânea sem a necessidade de fazer o DNA.

Na capital, a solicitação para participar do programa pode ser feita em 60 unidades do Tribunal de Justiça da Bahia distribuídas na cidade. São unidades dos Centros Judiciários de Solução Consensual de Conflitos, Cartórios de Registro Civil de Pessoas Naturais, Núcleo de Conciliação de 1º Grau e Casas de Justiça e Cidadania. No interior, são 47 comarcas com Cejuscs e/ou Núcleo de Conciliação de 1º Grau.

Pertinho de chegar o Dia dos Pais, no segundo domingo de agosto, vale a pena planejar uma participação no Projeto, para quem tem pendências relacionadas à paternidade. Os pais que suspeitam de terem seus filhos, sem poderem criar, por serem vítimas de alienação parental, também podem participar, pois há casos de mães que ocultam a paternidade biológica por interesses pessoais.

A Revista 'TJBA em Ação' procurou tirar dúvidas, junto às fontes de informação que cuidam do projeto, dentro do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, tomando emprestado o conteúdo a ser distribuído em cartilha elaborada pela AEP II. Veja as principais orientações do outro lado da foto central.

O MELHOR DIA DOS PAIS

Agosto vem aí e e muitos genitores já poderão curtir suas bênçãos devido ao reconhecimento



FELICIDADE: Ela já está casada, mas fez questão de identificar o pai, mesmo depois de subir ao altar

O que é o Projeto Pai Presente?

É um projeto instituído pelo Conselho Nacional de Justiça, por intermédio do Provimento nº 12, de 6 de agosto de 2010, e implementado pelo Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, por meio da Resolução nº 8, de 17 de abril de 2013, e que tem por objetivo fornecer meios para que crianças e adolescentes (ou seus representantes legais) e, ainda, adultos, busquem reconhecimento da paternidade.

Quem pode e quem não pode participar?

Podem Participar: Além de crianças e adolescentes, adultos que não possuam registro de paternidade. Todos podem formular pedido de reconhecimento com possibilidade de realização de exame de DNA. Note-se que não ter registro paterno na certidão de nascimento é indispensável para o recebimento da solicitação.

E atenção: crianças que ainda não foram registradas podem participar do projeto.

Não podem participar: Pessoas que já tenham a paternidade reconhecida em registro civil

Tenho dúvida sobre quem é o pai, o que faço?

Em caso de dúvida, poderá ser realizado exame de DNA para ser confirmada ou descartada a paternidade. Para dar início ao procedimento, basta fazer uma solicitação preenchendo o formulário do Projeto Pai Presente.

Quais documentos são necessários?

Além do preenchimento de todas as informações do formulário, para ingressar com a solicitação, deverão ser fornecidas cópias dos seguintes documentos:

Mãe: Documento de Identificação e Comprovante de Residência. **Suposto Pai:** Documento de Identificação. **Filho(a):** Certidão de Nascimento ou Documento de identificação do(a) filho(a).

Obs: É muito importante que, no dia da audiência, as partes estejam de posse das vias originais dos documentos acima relacionados.



É O AMOR: foi num show de Zezé de Camargo que eles se entenderam. Agora, só alegria!

Posso reconhecer o meu filho de forma espontânea por meio deste projeto?

Sim, é possível. Na audiência de conciliação há a possibilidade do suposto pai se dispor a reconhecer o filho espontaneamente, sem necessidade de realização de exame de DNA. Será lavrado um Termo de Audiência que servirá como Mandado para averbação da paternidade no Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais competente. Ou, caso seja mais acessível, poderá dirigir-se a um dos Cejuscs (antigos Balcões de Justiça e Cidadania) mais próximo e informar o interesse no reconhecimento espontâneo de paternidade.

O suposto pai é falecido, e agora?

No caso de suposto pai falecido é possível a realização de exame de DNA para investigação da paternidade, entretanto, é necessário o cumprimento de alguns requisitos:

- A. (Mãe e filho) + (mãe e pai do suposto pai falecido)
- B. (Mãe e filho) + (dois ou mais filhos legítimos do suposto pai falecido e a mãe dos filhos)
- C. (Mãe e filho) + (mãe ou pai do suposto pai falecido com dois ou mais irmãos do falecido)
- D. (Mãe e filho) + (combinação dos outros acima citados)

A investigação do vínculo genético de casos post mortem busca reconstruir o perfil genético do suposto pai falecido através de seus parentes ascendentes e descendentes, e tem seu resultado afetado diretamente pelo número de participantes envolvidos no exame de DNA.

Posso, por meio do projeto pai presente, solicitar pensão alimentícia e regulamentação da guarda do menor?

Na audiência de conciliação, é possível a fixação de pensão alimentícia e também a regulamentação dos termos da guarda do menor de idade no momento do reconhecimento da paternidade, com ou sem a realização do Exame de DNA, desde que haja acordo de vontades entre as partes. O acordo será homologado por um juiz e passará a ter eficácia executória.

O exame de DNA foi positivo, já tenho em mãos o termo de reconhecimento de paternidade, o que devo fazer?

Basta dirigir-se ao Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais competente (onde está registrado o nascimento) de posse do termo de reconhecimento de paternidade e realizar a averbação no registro já existente, o qual passará a constar

PAI PRESENTE

o nome do pai, bem como as alterações do nome que foram decididas em audiência.

Onde devo ir?

O interessado deverá dirigir-se a uma das unidades listadas no site do TJBA, no link Pai Presente, e preencher todas as informações solicitadas pelo formulário do Projeto Pai Presente, bem como fornecer cópias dos documentos de identificação e comprovante de residência e aguardar o contato do Projeto Pai Presente que agendará a Audiência de Conciliação.

Atenção: Caso não haja possibilidade de deslocamento, a solicitação poderá ser feita por: Telefone **3372-5167** ou **0800 284 2252** e-mail **paipresente@tjba.jus.br** É preciso apresentar toda a documentação exigida na data da audiência de conciliação.

SAIBA MAIS

Coordenado pela juíza assessora especial Marielza Brandão Franco, o projeto está aberto à participação dos cidadãos a partir da inscrição pela internet, por telefone ou presencialmente. As múltiplas formas permitem maior alcance por parte do Pai Presente. Os formulários para participação do projeto devem ser entregues em uma das unidades do Cejusc/Balcão de Justiça ou Núcleo de Conciliação. Também pode ser realizada pelos telefones 3372-5167/5076 e 0800-2842252. Nesta nova fase, o Projeto Pai Presente vem alcançando diversas comarcas do interior do estado.



VOCAÇÃO PATERNA
O super-pai Balbino sabe bem a arte da procriação. Está feliz com as crias! A bebezinha nos seus braços é a caçula, com seis meses, mas ele já tem até neto e filhas casadas. Um verdadeiro presente de pai, graças ao Pai Presente!



NA PAZ DO CEJUSC

Também conhecido por Balcão de Justiça e Cidadania, aqui é o lugar de conciliar

No início de julho de 2015, o Tribunal de Justiça da Bahia foi premiado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) por haver alcançado o maior índice de acordo durante a 9ª Semana Nacional de Conciliação realizada no ano anterior.

A distinção, conferida pelo Comitê Gestor Nacional da Conciliação, foi pelo melhor resultado no âmbito da justiça estadual: 35.785 acordos alcançados em 51.604 audiências em todo o estado.

As conciliações daquela semana são chamadas de processuais, ou seja, quando passa por um juiz, em forma de processo. Mas há outro tipo de conciliação: a pré-processual, que ocorre antes de o processo ser instaurado, sem mesmo ir para o fórum, e o próprio interessado quer a solução. Geralmente, envolve pessoas de baixo poder

aquisitivo, com dificuldades de acesso à Justiça para resolver seus conflitos.

Justamente para solucionar tais demandas comunitárias, o Tribunal de Justiça da Bahia implantou, em 2003, o Balcão de Justiça e Cidadania, que desde então promove acordos sem que as questões sejam levadas ao juiz. Com essa ferramenta de pacificação social, a Bahia tem se destacado na promoção da conciliação, valendo-se de 37 unidades instaladas em Salvador e 61 no interior do estado. (relação completa no site www.tjba.jus.br)

Os balcões são o caminho para essas pessoas. Lá, elas encontram a mediação comunitária, à base de serviços gratuitos de orientação jurídica e solução de conflitos, na área de família – divórcio, pensão alimentícia, reconhecimento espontâneo

BALCÃO DA CIDADANIA

de paternidade e reconhecimento e dissolução de união estável – e na área cível – casos menos complexos, de cobrança de dívida, relação de consumo e conflitos de vizinhança.

As equipes dos balcões, normalmente, são formadas de advogados e estudantes de Direito, que utilizam técnicas de mediação nas sessões de conciliação. A mediação na busca de pacificar, antes de um ajuizamento do processo, possibilita análise mais demorada do caso, a partir da programação de sessões necessárias, até que ocorra ou não a assinatura de um acordo.

Os balcões contam ainda com apoio de agentes da comunidade, que prestam serviços voluntários e contribuem com a divulgação do projeto, inclusive em feiras de cidadania organizadas por diversos agentes e órgãos da sociedade, como emissoras de rádio e televisões, entidades religiosas e organizações sociais.

Essas unidades de atendimento, instaladas em pontos estratégicos, pelos bairros de Salvador e de outras cidades, funcionam com base em procedimentos próprios, que contêm minutas de termos de acordos pré-aprovadas pelo coordenador jurídico, função exercida por um juiz de Direito, que tem competência para apreciar e homologar os referidos termos.

A padronização das rotinas de trabalho e dos termos de acordo favorece a celeridade processual, sendo esta uma das características perseguidas pelo projeto. Essa prática despertou a atenção do Conselho Nacional de Justiça, que incentivou a sua disseminação.

“Quem nunca fez uso do serviço dos balcões não precisa ter nenhum receio”

Em 29 de novembro de 2010, o CNJ publicou a Resolução nº 125, obrigando os tribunais a criarem o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania – Cejusc –, formado por unidades do Poder Judiciário responsáveis pela realização ou gestão das sessões e audiências de conciliação e mediação que estejam a cargo de conciliadores e mediadores. Quanto aos balcões, o CNJ considerou essa modalidade nos moldes do Cejusc, daí o Tribunal da Bahia, pela Resolução nº 24/2011, optar pela manutenção da nomenclatura dos balcões e acrescentar a sigla Cejusc.



OLHOS NOS OLHOS: Na mesa, para conversar, o resultado não demora. Tudo certo!

“Não enfrentei nenhuma complicação no processo de atendimento e agradeço ao tribunal por trazer essa facilidade a nossa vida”

No ano da criação do Cejusc, os balcões na Bahia já haviam prestado um total de 68.205 atendimentos, distribuídos entre orientação jurídica (34.738) e mediação (33.467); e uma soma de 15.266 acordos nas áreas de família (13.193) e cível (2.073). De lá para cá os números aumentaram e, no Relatório de 2015, as 98 unidades dos balcões em todo o estado aparecem com atendimento a 580.754 pessoas, e promovendo, desse número, 199.559 conciliações.

História

O Balcão de Justiça e Cidadania, no âmbito do Programa Justiça Cidadã e do Projeto Acesso à Justiça, foi criado pela Resolução Nº 1, de 14 de fevereiro de 2003, e sua coordenação jurídica estava a cargo de um juiz de Direito designado pelo presidente do Tribunal de Justiça.

Desde 2011, por força do Decreto Judiciário nº 43, de 27 de janeiro, a gestão dos balcões é realizada pela Assessoria Especial da Presidência II – Assuntos Institucionais, atualmente tendo à frente a juíza assessora Marielza Brandão Franco.

Antes disso, os balcões ficaram sob a responsabilidade da Secretaria de Ação Social, criada pela Lei nº 10.400, de 23 de outubro de 2006, com a finalidade de planejar, implantar, coordenar e programar estratégias e projetos de políticas sociais voltadas para a aproximação do Poder Judiciário da sociedade e ao desenvolvimento da cidadania.

No primeiro semestre de 2006, o projeto ganhou impulso, depois de haver sofrido uma paralisação. O serviço teve a sua concepção reformulada e, atualmente, pode-se afirmar que essa prática encontra-se consolidada.

Assim, foi aprovada, em sessão plenária, a Resolução nº 5, de 17 de abril de 2006, que deu novo embasamento jurídico ao projeto, com a fixação dos atuais objetivos, competência, forma de organização, atuação e implantação dos balcões de Justiça e Cidadania.

Zé Carlos e Maria Alice

No dia 26 de novembro de 2014, o casal José Carlos Muniz Santos, 53 anos, e Maria Alice Muniz Santos, 46 anos, buscaram a unidade dos balcões, no centro comunitário da Igreja Batista, no bairro de São Caetano, em Salvador. A mulher disse, na ocasião, a uma conciliadora: “Separação!”

O homem acrescentou: “Temos um bom tempo juntos, uns 25 anos, mas é o que ela está dizendo, viemos para fazer a separação”. Casados há 18 anos, viveram outros sete juntos, antes de oficializarem a relação.

O casal retornou, depois daquele dia, ao Balcão de São Caetano para retirar a sentença homologatória e levá-la ao cartório para concluir o processo de separação.



FILHA E MÃE: Samara e Maria de Lurdes, felizes com o resultado positivo

Quando o processo for digital, a sentença homologatória pode ser retirada on-line, sem a necessidade de se voltar à unidade do balcão onde ocorreu a audiência de conciliação.

Mas nem todos os casos terminaram conciliados, como o ocorrido em São Caetano, e o caso fatalmente irá parar em um cartório, dando início a um processo de separação. “Alguns casos não acabam em acordo, mesmo os envolvidos buscando a conciliação”, contou a conciliadora.

Há também casos de orientação jurídica, como a prestada à funcionária pública aposentada Solange Moraes Soniere, também em novembro de 2014, durante a Semana Nacional da Conciliação, no Centro de Convenções, em Salvador.

Mesmo sem ter processo inscrito na Semana, ela foi ao posto do Balcão de Justiça e Cidadania montado no Centro de Convenções em busca de ajuda.

Serviço traz felicidade

Ana Paula Cerqueira Queiroz, 40 anos, elogiou o procedimento. “Iniciei o processo de separação e no período de um mês e uma semana já estava resolvido”, contou.

Segundo Ana Paula, em apenas uma audiência, a causa estava resolvida, mas foi preciso três, por conta de questões pessoais, tanto dela quanto do seu ex-marido.

“Quem nunca fez uso do serviço dos balcões não precisa ter nenhum receio. O atendimento é rápido, seguro e as pessoas cordiais”, frisou.

Maria dos Anjos Castro, 54 anos, também elogiou o serviço. “A eficiência desse auxílio é elogiável”, disse. Ela deu entrada no serviço após seu filho falecer, e ser necessário um exame de DNA para confirmação da paternidade de duas crianças.

Maria fez a solicitação para o atendimento dos Balcões no dia 28 de fevereiro deste ano (2016) e, segundo ela, no dia 28 de junho o resultado já estava pronto.

“Não enfrentei nenhuma complicação no processo de atendimento e agradeço ao tribunal por trazer essa facilidade a nossa vida”, ressaltou.

SAIBA MAIS

No dia 14 de fevereiro passado, o projeto Balcão de Justiça e Cidadania completou 13 anos de serviços à população, de forma simples e rápida, graças, entre outras coisas, à utilização de mecanismos de trabalho práticos e objetivos.

Os balcões foram pioneiros em alguns aspectos, como a adoção de pesquisa de opinião para avaliar a qualidade dos serviços prestados, e por isso, em 2010, ganhou o I Prêmio Conciliar é Legal, instituído pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Ao efetuar esse reconhecimento, o CNJ indicou: “O Tribunal de Justiça da Bahia tornou-se o primeiro tribunal do país a implementar como política universal no Balcão de Justiça e Cidadania a pesquisa de satisfação do jurisdicionado”.

A Resolução CNJ nº 125 e, mais recentemente, a Lei de Mediação e o Novo Código de Processo Civil fortalecem a prática do estímulo aos meios consensuais de solução de controvérsia, o que confirma a medida do Tribunal de Justiça da Bahia em implantar esse projeto de pacificação social e de acessibilidade ao Judiciário.

OS NÚMEROS

Um dado interessante na história dos balcões são os números de divórcios litigiosos e consensuais nos últimos nove anos.

Em 2006, foram distribuídos **1.969** processos de divórcio litigiosos, enquanto em 2015 o número caiu para **1.838**.

A redução na quantidade de processos litigiosos ocorreu à vista de um aumento na quantidade dos processos consensuais, que subiu de **2.191** para **3.701**.

É evidente que essa mudança, com a predominância do consenso na separação dos casais, contou com uma parcela de contribuição dos balcões.



VISITA FRANCA

Estudantes paulistas vêm a Salvador para aprender como se faz Justiça

Um grupo de estudantes da Faculdade de Direito de Franca, cidade situada no nordeste do estado de São Paulo, suspendeu a participação, por algumas horas, no 37º Encontro Nacional de Estudantes de Direito (Ened), realizado em Salvador, entre 10 e 16 passados, para visitar a sede do Tribunal de Justiça da Bahia.

A visita ocorreu no dia 14, pelo Projeto Conhecendo o Judiciário, promoção que busca a aproximação do Judiciário da comunidade acadêmica, em especial da área jurídica. “Conseguimos esta visita importante, para que nossos acadêmicos conhecessem este importante tribunal do nosso país”, disse o professor José Antônio Martos, de Processo Civil, e coordenador da turma.

Localizada a 400 quilômetros a nordeste da capital paulista, a Faculdade de Franca enfrenta essa distância para levar seus estudantes à sede do Judiciário do estado. “Nossos acadêmicos aproveitaram a estada em Salvador para conhecer o funcionamento dos processos do 2º Grau de jurisdição”, disse o professor, enquanto agradecia ao Tribunal de Justiça da Bahia pela agenda obtida.

A turma, composta de 25 estudantes do 3º ao 10º semestres foi recebida pelo juiz Gilberto Bahia,

assessor da 1ª vice-presidência do Tribunal de Justiça, mas antes conheceram as instalações do Tribunal de Justiça e ouviram palestras dos servidores Mariana Guimarães Nunes, do Serviço de Comunicações Gerais (Secomge); Rafael Carneiro de Araújo, da 2ª Câmara Criminal; Luciana Barros Cordeiro Schroeder, da Secretaria Especial de Recursos; e Marks Sena Ferreira, secretário adjunto de Câmara, do Tribunal Pleno.

A Faculdade Municipal de Franca foi criada em 1957 e, dentro de seus projetos e atividades, procura estimular o estudante à participação em congressos, encontros e atividades acadêmicas que promovam o crescimento político e intelectual. Já o Ened, uma promoção da Federação Nacional de Estudantes de Direito, reúne palestras, oficinas culturais e temáticas, além de debates com representantes setoriais da sociedade.

SAIBA MAIS

O Projeto Conhecendo o Judiciário é desenvolvido pela Assessoria Especial da Presidência II – Institucional, do Tribunal de Justiça da Bahia. As inscrições para participação podem ser feitas pela instituição de ensino ou o professor do curso de Direito pelo telefone (71) 3372-5076 ou o endereço eletrônico frmiguez@tjba.jus.br



O PODER DA WEB

Aumenta a participação de internautas nas redes sociais do tribunal

As redes sociais do TJBA continuam atualizadas com as notícias do Judiciário baiano, aumentando o alcance das informações e chegando com mais facilidade até o público.

A página do Facebook do Tribunal de Justiça da Bahia teve um crescimento de **112%** no alcance das postagens, e a publicação mais acessada pelos internautas foi sobre processamento de Incidentes de Resolução de Demanda Repetitiva (IRDRs), que alcançou mais de **4.500 pessoas**.

Outras duas publicações de grande destaque no Facebook, com mais de mil em alcance, foram so-

bre **72%** de reconhecimento dos filhos no Projeto Pai Presente e o serviço para adquirir certidão para fins eleitorais, que já está disponível no site do Tribunal de Justiça. Tudo isso com mais de **50%** de acessos por dispositivos móveis.

Já no twitter, foram **16,3 mil impressões** do começo de julho até o momento e a rede social conta com **7.804 seguidores**. O tweet de maior destaque foi o da divulgação do quarto boletim do Cast TJBA em Ação, o novo projeto de posdcat do tribunal lançado semanalmente. Acesse e confira nas nossas redes sociais e no site do TJ.



MAIS VISITAS: Agora, a vez de Mata de São João, na Região Metropolitana de Salvador

MOVER E AGIR

Projeto Presidência em Movimento é uma das prioridades

Estar mais próximo dos magistrados e dos servidores, conhecer as instalações nas comarcas e, principalmente, ouvir para melhorar. O projeto Presidência em Movimento seguiu com mais duas edições com visitas às comarcas de Jequié, no Sudoeste Baiano, e Mata de São João, na Região Metropolitana de Salvador.

Em Jequié, a presidente Maria do Socorro Barreto Santiago visitou o Fórum Bertino Passos. Conversou com servidores e magistrados.

A comarca é uma das contempladas pelo Decreto Judiciário 231, que instituiu Grupo de Trabalho

com juízes para o atendimento dos casos urgentes, novos ou em curso. Magistrados estão atuando nas seguintes unidades: Vara do Júri e Execuções Penais e Medidas Alternativas, Vara da Infância e Juventude, e nas 1ª e 2ª varas cíveis.

Já em Mata de São João, a presidente acompanhou o final dos trabalhos de saneamento promovidos pela Corregedoria das Comarcas do Interior. As atividades, que contaram com o apoio da Presidência, proporcionaram, entre outros resultados, a diminuição do acervo por conta da baixa de 1,9 mil processos, e a movimentação, no total, de 8,8 mil feitos. 

VOCÊ ESTÁ **SUPERENDIVIDADO?** PODEMOS AJUDAR



JUIZADO ESPECIAL DE APOIO AO SUPERENDIVIDADO

Centro Universitário Jorge Amado, Av. Luís Viana, nº 6775 - Paralela
Salvador/Ba - CEP 41.745-130 - Telefone 3366 0200
www.tjba.jus.br/juizadosespeciais/superendividado



TRIBUNAL
DE JUSTIÇA
DO ESTADO
DA BAHIA



JUIZADOS
ESPECIAIS
Sua Excelência, o Cidadão.
TJ-BAHIA



Revista Eletrônica

TJBA

em Ação



UNICORP

Casa do Saber judiciário está de mudança, em data a ser confirmada. Nova sede da Universidade Corporativa será no Monte Serrat, em local espaçoso e confortável!

ALICERCE PARA O FUTURO

Capacitações e mais capacitações buscam melhorar a produtividade do Judiciário

Entre os propósitos da Universidade Corporativa, destaca-se o de criar uma cultura de aprendizagem permanente, tornando a educação contínua e habitual, na qual a valorização, a construção e o compartilhamento do conhecimento tornam-se estratégicos para consolidação de um Judiciário capaz de prestar serviços com a qualidade requerida pelo cidadão.

A Unicorp veio como iniciativa para contribuir com a consolidação de um processo contínuo e dinâmico de gestão, alinhado com o propósito do tribunal de se consolidar como instituição eficiente, ágil, transparente e próxima ao cidadão, na qual por seus colaboradores, ocupa posição decisiva, cujo destaque merece realce.

Com essa sensibilidade, a atual gestão, desde o seu início, já anunciava, como uma das prioridades, o investimento na educação como base, visando à valorização e ao desenvolvimento pessoal e profissional dos magistrados e servidores do tribunal.

No propósito de cumprir esta missão educadora, o Tribunal de Justiça do Estado da Bahia tem como uma das prioridades o fortalecimento da Unicorp. Uma das evidências é a nova sede, a ser inaugurada no bairro do Monte Serrat, em Salvador, consolidando um trabalho, iniciado efetivamente há seis anos.

Ali mesmo, naquele conjunto de casarões, situados próximo ao mar da Baía de Todos os Santos, milhares de servidores e magistrados ganharão mais

JUSTIÇA EDUCADORA

recursos em forma de conhecimento para melhor desempenho de suas atividades.

Uns retoques aqui, outros reparos ali, e a reforma do super-espço já está pronta. Até a presidente do tribunal, que também é presidente da Unicorp, terá um gabinete adaptado para despachar de lá, quando quiser ou entender necessário.

No térreo de um dos casarões, funcionarão o laboratório, duas salas de aula para capacitação, outra dos professores, espaço das secretárias, tudo isso com mobiliário novo e equipamentos de informática completos.

Mas não é só a reforma física da sede beira-mar que constrói o perfil da nova Unicorp. Tão valiosa quanto o que pode ser visto e tocado, é a construção coletiva do conhecimento, por meio de ações, estruturadas em áreas de competências, alinhadas ao desenvolvimento de perfis profissionais para atuarem frente aos desafios de melhoria, progressiva e necessária, a inovação da gestão pública.

A sistematização do trabalho vem ganhando o sucesso e a confiança de servidores e magistrados, em uma atividade, cujo resultado, muitas vezes, é imperceptível, pois não tem o escudo dos quantitativos, nem conta com clareza na interpretação de indicadores.

“A demanda de capacitação por necessidades, com a participação dos sindicatos, foi útil para validar nosso plano”



Sem a santa matemática para construir-lhe uma noção de resultado numérico, é a análise qualitativa que aponta a importância da instituição, pois o aprendizado torna-se, assim, um bem precioso, uma semente de saber, embora impossível de mensurar.

Pode-se mesmo comparar à construção de um prédio, um prédio do conhecimento, que se pode entrever no ambiente destes casarões situados em latitude privilegiada por unir a paz da Ponta de Humaitá, no Monte Serrat, ao azul do mar, na Península Itapagipana.

Na equipe da Unicorp, há duas coordenações pedagógicas, uma voltada para os magistrados, sob a liderança de Cecília Neri, e outra dos servidores, com Carmen Rocha. A especialização produz melhores resultados, uma vez que os dois públicos têm suas peculiaridades.

“A meta é fazer da Unicorp o espaço de referência na busca pelo conhecimento no Tribunal”

A secretária-geral da Unicorp, Joana Pinheiro, lembra do esforço para fazer a comunidade acreditar no arrojado esforço da Unicorp (ver na página 27 alguns dos principais cursos oferecidos e respectivas áreas de gestão).

“É importante destacar que o portfólio de iniciativas da Unicorp expressa um trabalho de escuta coletiva, traduzindo as necessidades e especificidades das áreas, aproximando-as dos objetivos estratégicos e institucionais, com foco no desenvolvimento integral”, disse a secretária-geral da Unicorp, Joana Pinheiro, ao interromper por meia hora os preparativos dos novos cursos a serem oferecidos, a fim de falar ao ‘TJBA em Ação’ sobre o planejamento da Unicorp.

Com a experiência de 13 anos trabalhando em órgãos públicos, ligados ao governo do estado, Joana Pinheiro tem especialização em Políticas Públicas em Gestão Governamental e Gestão Social para o Desenvolvimento.

A sua experiência à frente da Universidade Corporativa do Servidor Público Estadual do Poder Executivo, a credencia a estabelecer diálogos com órgãos internos e externos, no sentido de fortalecer parcerias com instituições afins, buscando a troca de experiências, a diversificação do saber, e a otimização de recursos.

Nessa perspectiva, algumas importantes parcerias foram estabelecidas, tais como: Escola Nacional de Administração Pública (Enap), Secretarias da Fazenda, da Administração e de Planejamento, Associação dos Procuradores do Estado, além de renomados especialistas, dentre outros.

Joana Pinheiro destaca que este “segundo semestre será um marco importante, levando em consideração o esforço e trabalho realizado por toda a equipe sob a importante condução da juíza assessora Marielza Brandão Franco, culminando na entrega desse valioso espaço de educação

que fomentará uma nova cultura, uma cultura de busca incessante pelo conhecimento”.

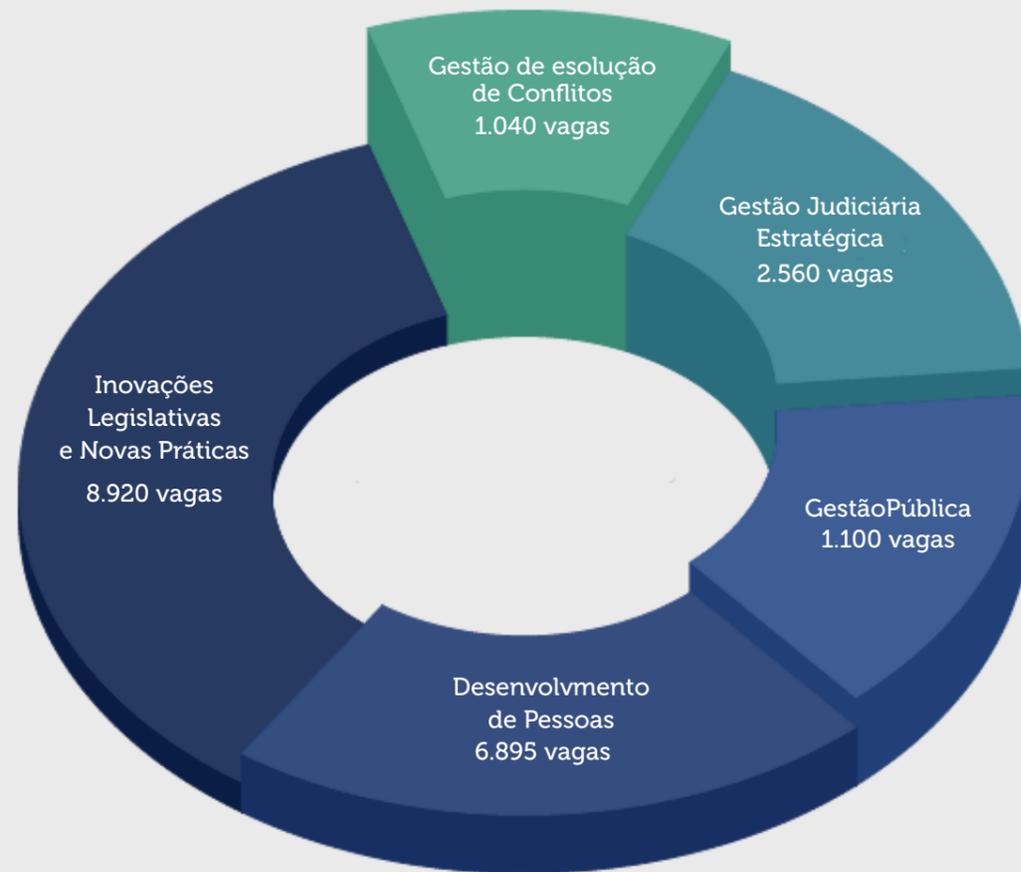
Em uma alusão ao pensamento dualista, a Unicorp vai ganhar um novo corpo, com a sede, e já vem manifestando uma alma nova, graças a um sistema intensivo de programação de capacitações.

A meta é fazer da Unicorp, o espaço de referência na busca do conhecimento no tribunal. “Formar formadores”, na expressão da secretária-geral, vai viabilizar a valorização da chamada ‘prata da casa’, com o reconhecimento de talentos internos disponíveis que nem sempre estão visíveis.

Os resultados já estão acontecendo, mas o objetivo do investimento da Unicorp é de longo prazo. O conhecimento tem este poder de assegurar a quem o conquista a certeza de tomar decisões acertadas em suas gestões nos mais diversos setores. 🏛️



ÁREAS DE CAPACITAÇÃO EM DESTAQUE



CALENDÁRIO DE CURSOS

A oferta de atividades pedagógicas, oficinas e workshops da Unicorp tem servido de requalificação contínua dos trabalhadores judiciários. Acompanhe, abaixo, as diversas opções de cursos já realizados, em andamento e outros que ainda vão acontecer nos próximos meses. Inscreva-se!

JULHO				AGOSTO			
	Carga horária	Período	Inscrições		Carga horária	Período	Inscrições
Encontro de Envolvimento e Alinhamento – Cartório Integrado	2 horas	1 Julho	Turma fechada	Seminário de Lançamento e Sensibilização – Cartório Integrado	4 horas	1 Agosto	Turma fechada
Gerenciamento de Crises Turma 4 - Salvador	16 horas	4 e 5	5 a 30/4	Mesa Redonda para Encontro de Alinhamento – Cartório Integrado	4 horas	01	Turma fechada
Encontro de Atualização de Fiscais de Contratos Administrativos	4 horas	5	Turma fechada	Gerenciamento de Crises Turma 5 – Porto Seguro	16 horas	1 e 2	5 a 30/4
Defesa Pessoal para Magistrados Turma 4 - Salvador	20 horas	6 a 8	5 a 30/4	Workshop Gestão Cartorária com foco no Desenvolvimento de Pessoas – Cartório Integrado	40 horas	2 a 5	Turma fechada
O novo CPC, o que mudou? Impactos na Prática Judicante (EaD)	70 horas	12/7 a 11/11	29/4 a 9/5	A Previdência Social dos Servidores Públicos: regime próprio e regime de previdência (EaD)	30 horas	2 a 29	1 a 15/7
O Novo CPC, o que mudou? Procedimentos da Prática Judiciária (EaD)	29 horas	12/7 a 11/11	29/4 a 9/5	Orçamento Público: Conceitos Básicos (EaD)	30 horas	2 a 29	1 a 15/7
O Novo CPC, o que mudou? Procedimentos da Prática Judiciária - 2º Grau (EaD)	32 horas	12/7 a 11/11	29/4 a 9/5	Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos – nível intermediário (EaD)	40 horas	2/8 a 5/9	1 a 15/7
O Novo CPC, o que mudou? Procedimentos da Prática Judiciária – Oficiais de Justiça - (EaD)	35 horas	12/7 a 11/11	27/6 a 1/7	Defesa Pessoal para Magistrados Turma 5 – Porto Seguro	20 horas	3 a 5	5 a 30/4
Oficinas de Educação Parental e Procedimentos de Mediação Familiar	12 horas	12, 19 e 26	Turma fechada	I Fórum Baiano de Direito Notarial e Registral	8 horas	5	12 a 26/7
I Fórum Nacional de Mediação e Arbitragem	16 horas	14 e 15	14 a 17/6	Novos Fluxos e Procedimentos – Cartório Integrado	4 horas	8	Turma fechada
Oficinas de Metodologia de Gerenciamento de Projetos	16 horas	15, 22, 29/7 e 5/8	Turma fechada	Treinamento na Ferramenta SAJ – Cartório Integrado	16 horas	8 e 9	Turma fechada
Gestão Cartorária e Gestão de Pessoas (EaD) – Cartório Integrado	10 horas	18/7 a 2/8	Turma fechada	Curso: Controle Social (EaD)	20 horas	9 a 29	1 a 15/7
Encontro relativo ao protocolo de cooperação interinstitucional da Justiça Restaurativa	4 horas	18	Turma fechada	Introdução à Gestão de Projetos (EaD)	20 horas	9 a 29	1 a 15/7
Workshop Justiça, Ciência e Tecnologia: Em busca da Verdade para magistrados	8 horas	29	6/6 a 22/7	Encontro Conclusivo – Cartório Integrado	8 horas	10	Turma fechada
				Gestão Estratégica com Uso do BSC (EaD)	20 horas	16/8 a 5/9	1 a 15/7
				Introdução à Gestão de Processos (EaD)	20 horas	16/8 a 5/9	1 a 15/7
				Atendimento ao Cidadão (EaD)	20 horas	16/8 a 5/9	1 a 15/7
				Ética e Serviço Público (EaD)	20 horas	16/8 a 5/9	1 a 15/7
				Gestão Estratégica de Pessoas e Planos de Carreira (EaD)	20 horas	16/8 a 5/9	1 a 15/7
				Concessão de Aposentadoria e Pensão	20 horas	18 a 22	Turma fechada
				Gestão de Contratos de Tecnologia da Informação (EaD)	30 horas	23/8 a 19/9	1 a 15/7
				Seminário sobre a reforma no Processo Penal: Brasil e Chile	8 horas	29	10 a 24
				Curso de Mediação Judicial	100 horas	29/8 a 2/9	A definir



Revista ENTRE ASPAS

A Universidade Corporativa (Unicorp) do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, a partir de seu propósito regimental, possui duas linhas de atuação: (1) Formação e Aperfeiçoamento e (2) Gestão do Conhecimento. No que diz respeito à Gestão de Conhecimento, que visa à valorização e difusão da produção técnico-científica de interesse do Poder Judiciário, a Unicorp, entre outras ações, desenvolve a publicação semestral Revista Entre Aspas.

Nos quatro volumes publicados até o momento, foram apresentados aos leitores 67 artigos jurídicos de magistrados e servidores lotados nas diversas unidades do Poder Judiciário da Bahia, além de juristas e convidados especiais, a critério do Conselho Editorial e Científico.

No mês de julho, será lançada a Revista Entre Aspas volume nº5 que traz a novidade dos artigos de Boas Práticas; iniciativas com caráter inovador e com resultados comprovados, que possam ser compartilhadas, evidenciando a sua contribuição para a melhoria do funcionamento do Poder Judiciário na Bahia.

ENTRE
REVISTA DA UNICORP
ASPAS





Juiza Fabiana Andrea Pelegrino
Juíza de Direito - Autora do projeto do
Juizado de Apoio ao Superendividado



LIVRE EXPRESSION

Tratamento do superendividamento: Juizado de Apoio ao Superendividado

Não é fácil viver numa sociedade impositiva de abundância, em que se estabelece um modo de viver, de ser a partir do ter, de uma felicidade artificial, que tanto abarrotava os consumidores de bens materiais e, na mesma medida, lhes esvazia de sentido a vida, fragilizando a alma interior.

A cultura do endividamento, ou a sua tirania cultural, encontra-se arraigada na sociedade como um elemento fisiológico, que domina os sujeitos, os envolve num ciclo vicioso, fazendo-os acreditar que sua aceitação e inserção sociais necessariamente passam pelo pertencimento de bens e serviços modistas, revelando ser esse consumo não orgânico a linguagem comunicativa dos sujeitos com o mundo e as pessoas, como se fossem verdadeiras mercadorias, que precisam ser desejadas e valoradas.

Essa cultura é alimentada pela mídia e detentores do poder econômico, que, imbuídos de propósitos cifrados, distanciam-se de uma atuação mercadológica lastreada na alteridade, no respeito aos deveres de informação prévia e plena ao consumidor, de cooperação e lealdade, ferindo a confiança depositada pelo protagonista vulnerável da relação jurídica.

A fragilidade ética no fornecimento de bens e serviços, especialmente na concessão do crédito, aliada a falta de regulamentação das taxas de juros, ineficiência do modelo de acesso a educação

e saúde públicas, aumento do custo de vida, falta de educação ao consumo racional e sustentável, além dos eventuais fatos da vida social (desemprego, separação, divórcio, morte de ente familiar, etc) conduzem o consumidor a um estado de falência.

Se é fato que o acesso ao crédito constitui ferramenta do desenvolvimento das economias, também o é a constatação de que a complexidade das formas de sua contratação, envolvendo riscos, custos e responsabilidades, acaba por gerar uma assimetria de informações, prejudicando a satisfatória compreensão do consumidor acerca dos termos e condições do negócio, e, por conseguinte, a sua avaliação sobre a adequação do contrato às suas necessidades e possibilidades econômicas.

Perceba-se que o endividamento, sobretudo numa economia de mercado capitalista como a do Brasil, é um fato inerente à vida social, pois, para se ter acesso aos bens de consumo básicos (alimentação, vestuário, transporte, água, luz, moradia) ou de comodidades (pacotes turísticos, benfeitorias voluptuárias, festas, joias, etc.) as pessoas gastam seu orçamento familiar, muitas vezes, sem lograrem sequer uma diminuta poupança.

Entrementes, o endividamento ordinário – verdadeiro direito do consumidor - na ambiência de uma democratização do crédito, de um modelo artificial de inclusão social e felicidade material, da captação imprudente de uma clientela fragilizada, utilização de publicidade agressiva, muitas vezes

abusiva ou enganosa, são portas abertas para o superendividamento, levando os consumidores, pessoas físicas de boa-fé, à impossibilidade global de quitação de suas dívidas, e, conseqüentemente, à não realização de suas necessidades básicas.

Daí, dizer-se que o tratamento desse fenômeno vem ao encontro da nova concepção da autonomia privada e, conseqüentemente, do contrato como fenômeno social, cuja natureza afetiva correlaciona a formação da vontade do consumidor à atuação mais qualificada do fornecedor, no intuito de propiciar uma espécie de formação racional da vontade desse consumidor.

veres anexos da boa-fé, o Tribunal de Justiça da Bahia inaugurou o JUIZADO DE APOIO AO SUPERENDIVIDADO, de natureza paraprocessual, com o propósito de ser um instrumento específico para tentativa de conciliações entre consumidores superendividados e fornecedores de bens e serviços, sobretudo os de crédito, assim como uma janela aberta para a educação ao consumo sustentável e racional, a partir da atuação interdisciplinar de um corpo docente formado por profissionais das áreas de administração e economia, disponibilizados por convênio firmado com o Centro Universitário Jorge Amado (Unijorge).

“Essa cultura é alimentada pela mídia e detentores do poder econômico, que, imbuídos de propósitos cifrados, distanciam-se de uma atuação mercadológica lastreada na alteridade”

Importante registrar que, embora o fenômeno do superendividamento ainda não tenha logrado positivação, estando o direito a serviço da sociedade e do senso de justiça, os operadores do direito podem, no enfrentamento do problema, a partir de uma abertura metodológica que enxerga a dinâmica social, valer-se instrumentalmente das diretrizes éticas normativas dispostas no ordenamento, sobretudo na Constituição Federal, e que encontram seu fundamento no princípio da dignidade da pessoa humana, verdadeiro elo de conexão para a coerência e unidade do sistema jurídico, entendido como um todo orgânico.

Sensível a essa realidade, com o olhar firme na necessidade de atuação proativa do Estado-Juiz, assim como na função social dos contratos e de-

Medidas como esta, que promovam o acesso ao crédito responsável, à educação financeira do consumidor, refutem o assédio de consumo, imponham deveres mais precisos correlatos à informação continuada, resguardem o mínimo existencial e permitam a renegociação de dívidas, entre outras, seguem o rastro da funcionalização dos contratos e da busca de uma sociedade mais igual.

Afinal de contas, a reabilitação financeira e social do consumidor pode revigorar o seu potencial produtivo, eliminar a necessidade de benefícios sociais, eliminar despesas com tratamento de doenças relacionadas aos problemas financeiros, enfim, movimentar a economia com atividades empreendedoras, que gerem todo tipo de benefícios à sociedade e aos próprios fornecedores. 

O PLANTÃO JUDICIÁRIO DO 1º GRAU TEM NOVO ENDEREÇO



SALAS EXCLUSIVAS



EM FRENTE AO DETRAN,
NO PAVIMENTO SUPERIOR DA
CENTRAL DE FLAGRANTES DO IGUATEMI

Av. Tancredo Neves, nº 4197, Parque Bela Vista



PROTEÇÃO À INFÂNCIA

POSTOS REVITALIZADOS

Pelourinho e Estação Rodoviária têm estruturas reformadas

Os postos vinculados à 1ª Vara da Infância e da Juventude de Salvador, no Pelourinho, e na Estação Rodoviária, foram revitalizados pelo Tribunal de Justiça.

A medida atende a uma determinação da presidente Maria do Socorro Barreto Santiago, sensibilizada com a questão envolvendo crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social.

Já o posto do aeroporto, também em reformas, será entregue antes do início dos Jogos Olímpicos, 9 de agosto.

Um novo mobiliário e equipamentos de informática foram adquiridos para os postos que chegam a atender uma média de mil pessoas, mensalmente, graças ao intercâmbio com setores e instituições que trabalham com a causa da criança.

Entre as instituições parceiras do tribunal, no trabalho em defesa da criança, estão o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), Projeto Axé, Olodum, Secretaria da Cultura do governo do Estado e delegacias especializadas relacionadas à defesa da infância e da juventude.



CONTROLE: Direitos das crianças são protegidos por uma equipe especialmente treinada

BREVES



Educação de pais é tema de oficina

As duas próximas oficinas de educação parental e procedimentos de mediação familiar, promovidas pela Universidade Corporativa (Unicorp) do Tribunal de Justiça, acontecem nos dias 19 e 26, sempre das 8 às 12 horas, na Escola Superior de Advocacia.

As oficinas são ministradas pela psicóloga e professora Elsa de Mattos, também mediadora voluntária de Centros Judiciários de Solução Consensual de Conflitos (Cejuscc) – que englobam os antigos Balcões de Justiça e Cidadania.

Workshop vai ‘em busca da verdade’

Magistrados têm até o dia 22 de julho para se inscreverem no workshop ‘Justiça, Ciência e Tecnologia: em busca da verdade’. Promovido pela Universidade Corporativa do Tribunal de Justiça da Bahia, em parceria com o Departamento de Polícia Técnica (DPT) da Polícia Civil, o curso será realizado no dia 29 de julho. O workshop vai acontecer das 8h às 18h e as inscrições podem ser feitas em ambiente virtual. Basta acessar, no site da Unicorp, o Sistema de Gestão de Educação Corporativa (Siec); clicar em Aluno; selecionar a opção Solicitar Inscrição; o curso está disponível na página 2. Depois, é só apertar o botão ‘Inscrever’.



Premiações de valorização do servidor têm inscrições abertas até dia 31

O servidor do Tribunal de Justiça da Bahia que desenvolve ação ou projeto de gestão inovadores, voltados à melhoria do ambiente de trabalho ou de caráter voluntário, tem até o dia 31 de julho para se inscrever nos concursos Prêmio Servidor Cidadão e Prêmio de Boas Práticas de Trabalho no Serviço Público. Para concorrer, basta se inscrever no Portal do Servidor, onde, está disponível o regulamento da premiação. A promoção é da Secretaria da Administração do Estado da Bahia (Saeb), por meio da diretoria de Valorização e Desenvolvimento de Pessoas, e extensiva a todo servidor público do estado da Bahia. Os dois prêmios somam R\$ 74 mil, distribuídos entre os dez primeiros colocados de cada modalidade: R\$ 10 mil (1º lugar); R\$ 7 mil (2º lugar); R\$ 5 mil (3º lugar); R\$ 3 mil (4º lugar); e R\$ 2 mil (5º lugar).



Olimpíada tem portaria para criança

A Portaria nº 22/2015 da 1ª Vara da Infância e da Juventude da Comarca de Salvador, ganhou versões em inglês e espanhol, além da versão oficial em português. O documento, assinado pelo juiz Walter Ribeiro, dispõe sobre a participação, hospedagem, entrada em locais onde serão realizados os Jogos Olímpicos e a circulação em viagens pelo Brasil, durante as Olimpíadas 2016. A inovação corresponde ao planejamento e gestão do Tribunal de Justiça da Bahia para acolhimento de crianças e adolescentes no evento internacional. Em Salvador serão realizados dez jogos, de seleções do futebol masculino e feminino.

Programa Ser mantém parceria

Servidores do Tribunal de Justiça da Bahia, capital e interior, podem obter vantagens na aquisição de imóveis. Parceria do Programa Ser do TJBA, com a Caixa Econômica e com a Cooperativa Habitacional da Polícia Militar, mantém descontos e facilidades para a compra da casa própria.

No início do mês de junho, o TJBA promoveu o Evento Habitacional do Servidor Público, na praça de serviços do edifício-sede, com sete empresas do mercado imobiliário. Foram apresentados aos servidores apartamentos com preços e condições especiais, em diversos bairros da capital baiana. Ao menos 573 simulações para compra de imóveis foram feitas na ocasião.

O presidente da Cooperativa, coronel da Polícia Militar, Wilson Dutra, divulgou os contatos abaixo para auxiliar os servidores da capital e do interior na busca de informações:

(71) 99269-3387

(71) 98851-1977

(71) 99621-5321

(71) 98744-1304



Cast TJBA em Ação na sexta edição

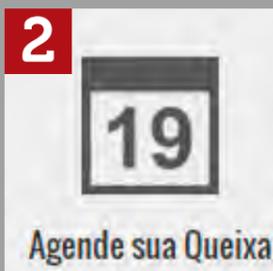
O Juizado do Superendividado do Tribunal de Justiça da Bahia, destaque na reunião com os membros da Operação Integrada Comércio Legal, é um dos temas escolhidos para a 6ª edição do Cast TJBA em Ação. O novo arquivo de áudio digital do Tribunal da Bahia foi ao ar na sexta-feira (15) e pode ser ouvido na home-page www.tjba.jus.br. A 6ª edição do Cast do tribunal também divulgou notícias sobre a entrega de alvarás a credores do município de Salvador e a emissão da Certidão de Distribuição Eleitoral online. A sétima edição já está quase pronta para ir ao ar. Fique ligado para saber as novidades do TJBA!

USE BEM SEU PODER

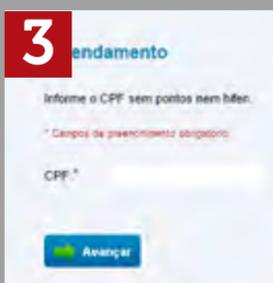
Como agendar uma audiência pela internet para os Juizados Especiais



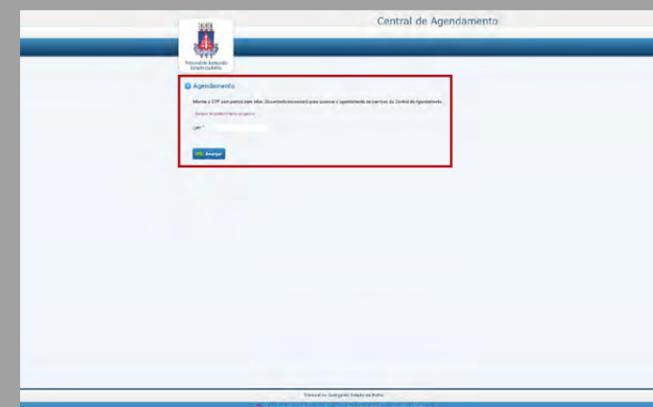
1
Acesse:
www.tjba.jus.br/juizadosespeciais



2
Agende sua Queixa
Clique no ícone
Agende sua Queixa



3
Informe o CPF sem pontos nem hífen.
* Campos de preenchimento obrigatório.
CPF:
Avançar



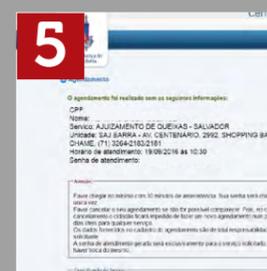
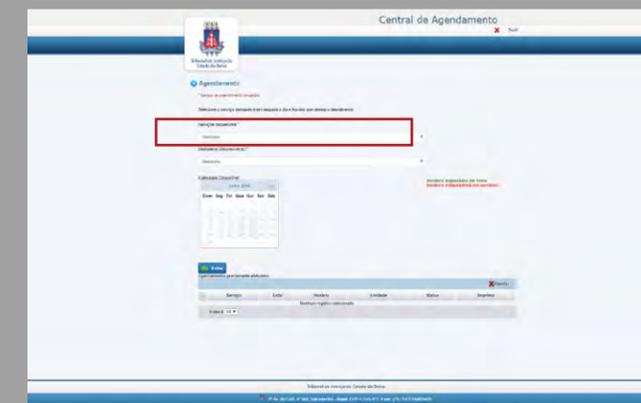
Caso seja o primeiro acesso, após digitar o número do CPF, aparecerá uma janela para cadastro de Usuário. Clique em OK e preencha os dados pessoais solicitados (nome, endereço, telefone, senha). Finalizada essa parte, você será direcionado para a página de Agendamento



4
Escolha o **SERVIÇO** a ser solicitado

*Na ausência de horário disponível na data desejada, verifique a disponibilidade em outra data e/ou unidade. A partir da zero hora são liberados novos horários.

*Para cada queixa, deverá ser feito um agendamento.



5
Após a escolha será apresentado o **resumo do AGENDAMENTO**

*Se não puder comparecer no dia programado, o cidadão deverá cancelar o agendamento. Caso contrário, ficará impedido de fazer um novo agendamento para qualquer serviço, no prazo de 15 dias úteis.



Serviços disponíveis para agendamento

- Ajuizamento de queixas – Alagoinhas, Barreiras, Camaçari, Eunápolis, Feira de Santana, Ilhéus, Itabuna, Jequié, Juazeiro, Lauro de Freitas, Porto Seguro e Salvador, Santo Antônio, Teixeira de Freitas e Vitória da Conquista
- Emissão de Certidões – SAJ - Santo Antônio de Jesus
- Entrevista Juizado de Apoio ao Superendividado
- Orientação ao usuário na utilização do Pje
- 2ª Via das Certidões (nascimento, casamento, óbito)

Atenção:

- Para serviços de urgência (saúde, interrupção do fornecimento de água ou luz), o agendamento é desnecessário. Basta se dirigir a uma das unidades de atendimento, portando os documentos necessários.
- O valor das causas não pode ultrapassar a 40 salários mínimos, sendo que se for superior a 20 salários mínimos, deverá obrigatoriamente ser acompanhado de um advogado no dia da audiência. Acima de 40 salários mínimos, o cidadão deve procurar uma vara especializada.



Tribunal e sindicatos estão juntos na mesma sintonia de querer o melhor para todos. A palavra-chave para buscar esta união é simples: diálogo. As portas da Presidência estão sempre abertas para receber os companheiros que representam os trabalhadores judiciários.

Um dos encontros mais produtivos ocorreu com os colegas do Sindicato dos Servidores Auxiliares do Poder Judiciário da Bahia (Sintaj). A reunião serviu para fortalecer o clima de entendimento mútuo no sentido de buscar o melhor para a prestação de serviço jurisdicional.

Em vez de portas fechadas, barreiras, dificuldades de acesso, até café da manhã a presidente já mandou oferecer pro povo do sindicato e associações de servidores. Mas não foi só pela alegria de estar com os representantes dos servidores no começo da manhã. Ela ouviu, atentamente, aos pedidos.

No desjejum, realizado na sede da Sala de Convívio do tribunal, a presidente do tribunal, desem-

#tamojuntosindicatosTJBA#

Nem precisa rachstag porque no cotidiano presencial, todo mundo procura compartilhar

bargadora Maria do Socorro Barreto Santiago, avançou mais na conversa com os sindicalistas sobre as propostas da categoria para este ano.

Os itens da pauta de reivindicação do Sintaj já começaram a ser atendidos pelo TJBA e outros estão em fase de estudo, por conta da instabilidade provocada pelos efeitos da crise econômica que vem gerando desemprego e falência de empresas, além de uma inflação acima do controle.

Mas, ao que está ao alcance da Presidência, o trabalho de parceria segue firme. Basta dizer que mais de 2 mil processos administrativos, com respectivas decisões, já foram desengavetados, recebidos e tiveram seus trâmites liberados, com decisões e tudo.

É como a presidente tem dito e repetido: “a abertura e o diálogo com os servidores têm sido uma característica marcante dessa gestão. Estamos agindo com transparência e em busca do melhor entendimento”.

A Presidência não está só quando elegeu o diálogo como metodologia principal no trato com os sindicalistas. A equipe de trabalho inteirinha também opera nesta frequência de ouvir mais do que falar. São vários servidores e magistrados de diversas áreas dando aquela força para tirar dúvidas.

No time da PR, entre outros, estão o coordenador dos Juizados Especiais, juiz Paulo Chenaud; o diretor de 1º Grau, Cícero Moura; o assessor João Felipe; o controlador, Danilo Menezes; a diretora

de Recursos Humanos, Leila Costa; e o chefe do Núcleo de Documentação e Informação, Edmundo Hasselman.

Os sindicalistas reconhecem o novo clima organizacional do tribunal. “A presidente tem buscado construir um diálogo com as entidades de classe”, disse Zenildo Castro, diretor-presidente do Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Estado da Bahia (Sinpojud).

Para Zenildo, o melhor desta história é que a presidente alinha discurso e prática, sem enrolação. “Ela demonstra, não só com palavras, mas

“A abertura e o diálogo com os servidores têm sido uma característica marcante dessa gestão”

com atitudes e ações, um interesse de resolver as demandas dos servidores”, reconhece o dirigente sindical.

Outro dirigente que dá o maior valor à nova fase do TJBA é Antônio Jair, coordenador do Sindicato dos Servidores dos Serviços Auxiliares do Poder Judiciário (Sintaj), outra entidade forte que congrega os trabalhadores judiciários em defesa de seus direitos e os do cidadão.

Para a temática da crise não virar cantilena, Antônio Jair vai direto ao ponto: “Em relação ao esclarecimento e à transparência, estamos muito satisfeitos”, disse o sindicalista Antônio Jair.

“Tivemos da presidente, o esclarecimento com muita transparência sobre tudo o que está acontecendo. Nossa preocupação é com o panorama econômico do País e do estado, o que reflete diretamente no Tribunal de Justiça”, disse Antônio Jair.

Na visão do presidente da Associação dos Servidores do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia (Assetba), Antonio Maia Diamantino, a mudança

está no ar, com base nos princípios de veracidade, clareza e simplicidade.

Para Diamantino, respiram-se novos e bons ares na corte. “Há a perspectiva de mudança no tribunal, na medida em que a Presidência convoca representantes das diversas categorias dos servidores para mostrar a realidade do Judiciário”, disse.

“O tribunal mostrou sua realidade financeira, sua realidade orçamentária, uma realidade em face da Lei de Responsabilidade Fiscal, abriu seus dados, mostrou todas as suas dificuldades, e ainda assim propôs promover melhorias na situação dos servidores”, completou. “A Presidência demonstra acessibilidade”, disse a vice-presidente da Associação, Rita Castro, destacando que a presidente Maria do Socorro Barreto Santiago vem se empenhando para ouvir e tentar atender às necessidades dos servidores.

O associativismo, neste caso, dilui os efeitos do Poder e constitui, em perspectiva horizontal, uma parceria firme entre trabalhadores da Justiça e a presidente, numa busca de solução que seja boa

para todos, com o foco, claro, na melhor prestação jurisdicional para o cidadão.

Rita Castro é uma das sindicalistas mais satisfeitas com o trabalho. “Ela colocou na mão de todos os servidores, junto com a instituição, a responsabilidade de nortear a questão da aplicação do orçamento”.

“Tivemos da presidente, o esclarecimento com muita transparência, sobre tudo o que está acontecendo”

“A nossa proposta de diálogo está sendo efetiva. Vamos nos unir por meio do diálogo, melhorar a prestação jurisdicional e cumprir as metas do Conselho Nacional de Justiça, priorizando o Primeiro Grau”, concluiu a presidente Maria do Socorro Barreto Santiago. Para a presidente, “não existe Judiciário forte

com servidores insatisfeitos”. Ela garantiu fazer o que estiver ao alcance, mas com cautela, com projeto”. Sem abrir mão da metodologia: “vamos realizar juntos, ouvindo, compartilhando”.

Na sua prática diária, a presidente segue uma frase do pensador (e goleiro!) existencialista franco-argelino Albert Camus, com a qual encerrou seu discurso de posse, dia 1 de fevereiro, ao citar: “...e no meio de um inverno, eu finalmente aprendi que havia dentro de mim um verão invencível”.

SAIBA MAIS

São três as associações representativas dos servidores: o Sintaj, o Sinpojud e a Assetba. Servem para organizar a categoria, visando defender seus direitos junto à alta administração do Tribunal, além de incentivar a maior capacitação dos profissionais do Judiciário. Embora estejam multiplicadas em três, as associações geralmente levam uma pauta única para ser discutida com os dirigentes do TJBA.



CAFÉ DA MANHÃ: clima amistoso e mesa cheia para começar um bom dia de reivindicações

Todos pelo TJBA



“A presidente tem buscado construir um diálogo com as entidades de classe”

Zenildo Castro
Sinpojud



“Há um ar de mudança no Tribunal, quando a Presidência mostra a realidade do Judiciário”

Antônio Maia Diamantino
Assetba



“Em relação ao esclarecimento e à transparência, estamos muito satisfeitos”

Antônio Jair
Sintaj



“...e no meio de um inverno, eu finalmente aprendi que havia dentro de mim um verão invencível”

Albert Camus



“Não existe judiciário forte com servidores insatisfeitos”

Maria do Socorro Barreto Santiago
Presidente - TJBA

Melhores lembranças do Arraiá do Tribuná

Nada melhor que um festejo junino para selar um casamento, não na roça, por conta da distancia da zona rural, mas nos sindicatos mesmo, além do pátio do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, que virou uma área livre para dançar forró e comer amendoim e bolo de milho. Foi bonito ver, na experiência das percepções, o diálogo descer da dimensão ideal para a vivência em que todos puderam compartilhar a alegria do novo tempo no TJBA.



UNIÃO PELA ALEGRIA: manifestação cultural junta os colegas para celebrar a vida e os santos



MUVUCA CERTA: Tanta bandeirola, tanta gente, que não tem sequer um metro de espaço vazio



Sindicatos de mãos dadas para fortalecer o novo clima e construir uma cultura de participação



Álbum de Trabalho

29 de junho

Reunião da juíza Marielza Brandão com representantes de bancos



Reunião de trabalho com representantes de instituições bancárias com o objetivo de alinhar procedimentos para a implementação da Semana de Conciliação e cobrança de custas remanescentes decorrentes de processos judiciais.

4 de julho

Gerenciamento de crise e defesa pessoal



A Comissão Permanente de Segurança e Universidade Corporativa (Unicorp) do Tribunal de Justiça da Bahia promoveram a capacitação em defesa pessoal e gerenciamento de crise para uma quarta turma de magistrados.

Corregedoria das comarcas do interior recebe visita do Ministério Público



A corregedora das comarcas do interior, desembargadora Cynthia Maria Pina Resende, recebeu a visita do corregedor geral do Ministério Público, Marco Antônio Chaves da Silva.

5 de julho

Encontro de atualização para fiscais de contratos administrativos



A Universidade Corporativa do Tribunal de Justiça da Bahia (Unicorp) realizou o Encontro de Atualização de Fiscais de Contratos Administrativos, em parceria com a Controladoria do Judiciário.

6 de julho

Corregedor geral de Justiça participa de mais uma reunião do Pacto pela Vida



O corregedor geral da Justiça, desembargador Osvado Bomfim, representou a presidente do Tribunal de Justiça, desembargadora Maria do Socorro Barreto Santiago, de mais uma reunião do Programa Pacto pela Vida, no Hotel Sol Salvador, no Stiep.

8 de julho

Tribunal Pleno julga 53 processos na sessão judicante no mês



Na primeira sessão plenária ordinária judicante do mês de julho, o Tribunal de Justiça da Bahia julgou 53 processos na pauta programada para os desembargadores. Os julgamentos começaram às 9 horas e terminaram pouco antes das 14h30, sob a liderança da presidente do tribunal, desembargadora Maria do Socorro Barreto Santiago.

7 de julho

Conhecendo o Judiciário



Uma turma de 40 alunos de Direito da Faculdade 2 de Julho visitou a sede do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, e o Fórum Ruy Barbosa como participantes do Projeto Conhecendo o Judiciário, atividade de aproximação do Judiciário da comunidade acadêmica, em especial da área jurídica.

11 de julho

2ª. Vara de Tóxicos utiliza videoconferência para realizar audiência



A 2ª Vara de Tóxicos da Comarca de Salvador realizou, no Fórum Criminal, no bairro da Sussuarana, a primeira audiência com uso de videoconferência. O réu Adilson Souza Lima, acompanhou ao vivo, direto do Presídio Federal de Segurança Máxima de Campo Grande, no Mato Grosso do Sul, onde está custodiado.

12 de julho

Preso em flagrante presta depoimento no Hospital Dantas Bião, em Alagoinhas



O Hospital Geral Dantas Bião foi o local utilizado pelo juiz titular da Vara Crime da Comarca de Alagoinhas, Fábio Falcão Santos, para a realização de uma audiência de custódia. Atendendo ao que estabelece a resolução nº 213/2016 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a decisão do magistrado aconteceu diante da impossibilidade da audiência ser realizada na unidade judicial, já que o preso em flagrante estava internado no hospital.

14 de julho

Turma Criminal da Câmara Especial do Extremo Oeste julga 75 processos



A Turma Criminal da Câmara Especial do Extremo Oeste Baiano realizou 75 julgamentos na sessão de terça-feira, 12. Na pauta, havia 71 processos pautados, mais quatro extras. Todos foram julgados. A sessão contou com a presença dos desembargadores Júlio Cezar Lemos Travessa, Abelardo Paulo da Matta Neto, Aracy Lima Borges e Soraya Moradillo Pinto.

13 de julho

Mata de São João celebra saneamento e visita do Presidência em Movimento



A comarca de Mata de São João, na Região Metropolitana de Salvador, ganhou ambiente para o desenvolvimento das atividades, com o fim do saneamento promovido pela Corregedoria das Comarcas do Interior. As ações resultam em aumento da produtividade e melhoria da prestação jurisdicional. Em dois meses e meio de saneamento, exatos 8.829 processos foram movimentados, de um acervo de 1.400 feitos.

15 de julho

Senado aprova em primeiro turno projeto que regulamenta audiências de custódia



O Plenário do Senado Federal aprovou projeto que regulamenta as audiências de custódia. No prazo máximo de 24 horas, o preso em flagrante deverá ser conduzido à presença do juiz. A proposta também prevê que, após apresentado o auto de prisão, caso seja alegada violação a direitos fundamentais, cabe à autoridade policial providenciar as medidas necessárias para preservar a integridade do preso.

Nossa revista chega ao terceiro número e precisa de seu apoio e participação para crescer.



Venha fazer a revista com a gente!

Publique sua mensagem na Revista TJBA em Ação! É fácil! Basta mandar sua mensagem para o endereço eletrônico ascom@tjba.jus.br Vale enviar sua sugestão de pauta, elogio, crítica, menção honrosa, sugestão de aprimoramento. Escreva em texto corrido, em qualquer gênero, ou até em poesia, se preferir.

As mensagens passam por um moderador, mas a predisposição é para publicar sem cortes desde que não tenha necessidade. Participe, esperamos sua contribuição para fortalecermos a revista que é de todos nós do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.



Quando o homem descobriu o fogo ou quando inventou a roda, naquele momento não definiu, nem sequer sabia fazê-lo, que tais feitos seriam para aquecer sua caverna ou facilitar o seu transporte.

Ele vibrou com tudo aquilo e passou a avançar em direção ao seu futuro, e não parou. Antes mesmo de apreciar o crepitar da madeira ou o sulco das rodas o homem aumentou sua força e ampliou seu domínio.

As descobertas e as invenções não pararam desde aquelas duas, e tantas vieram que o próprio homem não domina sequer as que ocorrem ao seu redor. Na maioria das vezes, somente após os reflexos, sejam benéficos ou maléficos, chegarem à sua caverna ou o fazerem se mover, é que ele percebe o quanto avançaram sua descoberta e sua invenção, agora cingidas por um avançado processo tecnológico.

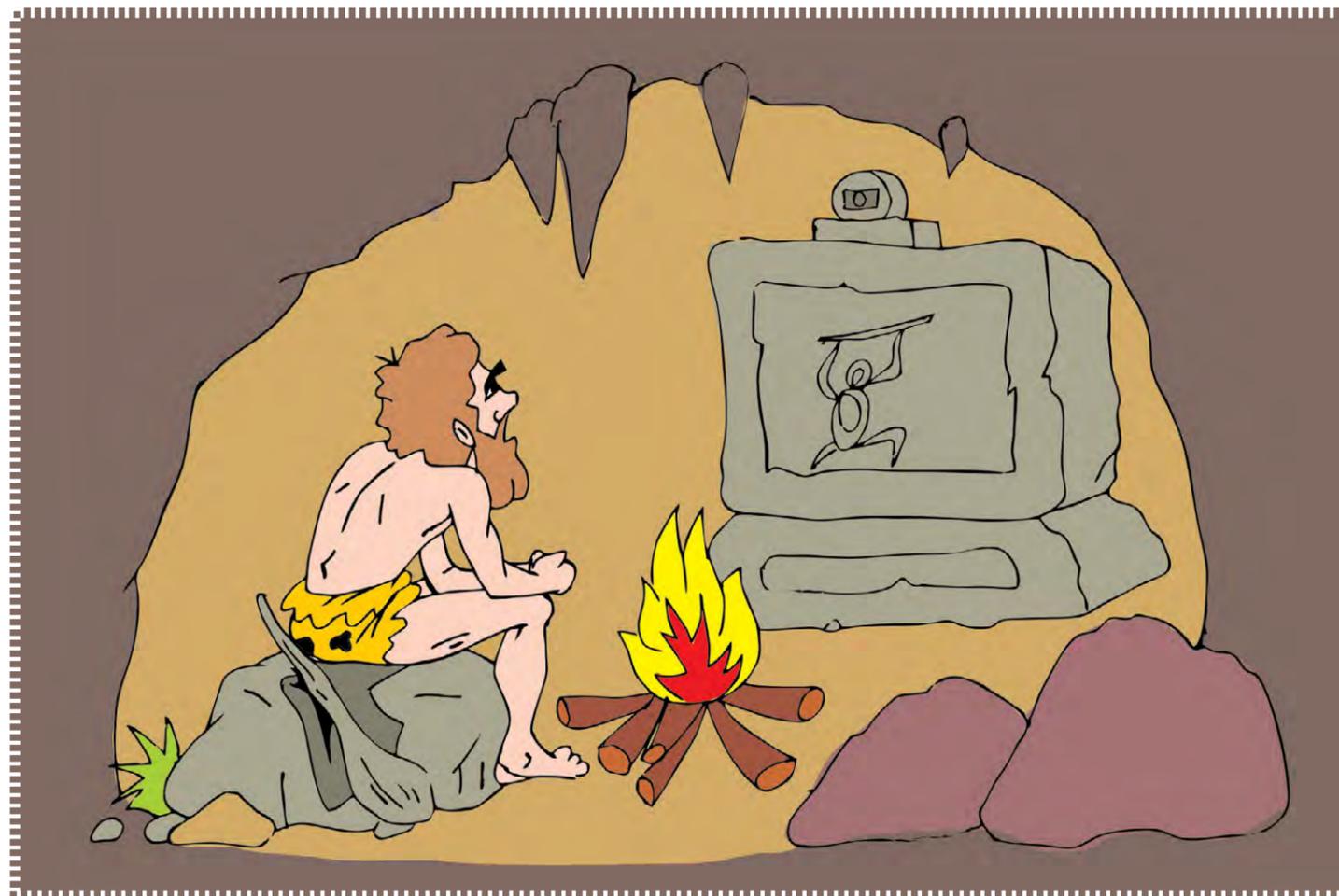
Guardadas as devidas proporções, assim vivem os homens envolvidos na lide do Poder Judiciário. A tecnologia ultrapassou as barras que separam a magistratura dos que esperam pela manifestação da Justiça e se alastrou pelos fóruns e tribunais, trazendo benefícios para todos. Decisões judiciais, antes lidas em atos afixados nas paredes dos prédios públicos, podem facilmente ser acessadas remotamente.

Uma intrincada rede virtual permite a todos tomarem conhecimento daquilo que está ocorrendo nos fóruns e nos tribunais, bastando para isso acessar um computador, atualmente já tão sofisticado, a ponto de ser instalado em telefones, à mão do cidadão. Tantos são os serviços prestados pelo Tribunal de Justiça da Bahia à população por meio da informática, e isso ocorre pelo mundo afora, que já se perdeu a conta.

Antes de o novo Código de Processo Civil entrar em vigor, em março deste ano, admitindo a prá-

DO FOGO À VIDEOCONFERÊNCIA

Mudanças de tecnologia vão alterando o perfil da humanidade desde as primeiras eras



tica de atos processuais por meio de videoconferência ou outro recurso tecnológico de transmissão de sons e imagens em tempo real, a 1ª Vara Crime de Salvador realizou uma audiência nos mesmos moldes.

Foi no dia 10 de setembro de 2014, no Fórum Criminal de Sussuarana, em Salvador, para colher o depoimento de um apenado, na Penitenciária Federal de Catanduvas, no Paraná.

Inédita na Bahia, foi realizada com apoio do Ministério da Justiça e seguiu a Lei nº 11.900, que alterou

dispositivos do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941, o Código de Processo Penal, permitindo a oportunidade de realização de interrogatório e outros atos processuais por sistema de videoconferência. Na ocasião, a juíza titular da 1ª Vara Crime, Eliene Oliveira, foi taxativa, referindo-se à videoconferência:

“Ela deveria ser estendida a outros casos, tendo em vista que, no transporte, presos de alta periculosidade oferecem risco de fuga”. Segundo a juíza, a videoconferência também se traduz em economia, por reduzir custos com deslocamento, e agilidade

processual, por garantir a realização da audiência, caso não haja efetivo policial para realizar a escolta. É preciso que o uso da cibernética na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais seja visto de maneira mais geral. Não apenas como forma de reduzir consumo de papel ou maneira de esvaziar prateleiras no cartório; não apenas para reduzir energia ou minimizar custo; não apenas para diminuir carga horária ou agilizar processo. Tal qual no caso do fogo e da roda, os benefícios devem ir além do horizonte.

“É preciso que o uso da cibernética será visto de maneira mais geral”

A videoconferência é um caminho a ser percorrido pela Justiça, como fez no dia 11 deste mês, o juiz Horácio Moraes Pinheiro, da 2ª Vara de Tóxicos da Comarca de Salvador, na sessão em que o apenado Adilson Souza Lima acompanhou uma audiência, direto do Presídio Federal de Segurança Máxima de Campo Grande, no Mato Grosso do Sul, onde está custodiado. **ARI DONATO**

SAIBA MAIS

A videoconferência é feita em tempo real, e além da economia de tempo, evitando o deslocamento físico para um local específico; de recursos, com a redução dos gastos com viagens, pode ser gravada e vista posteriormente. Além desses aspectos, permite o compartilhamento. É o avanço da carta precatória, que é o meio de comunicação processual em que um órgão judiciário solicita a outro, de tribunal, comarca, seção ou subseção judiciária distinta, a prática de ato processual. Não é necessária expedição de carta precatória quando se utiliza da videoconferência.

na TRILHA do SABER



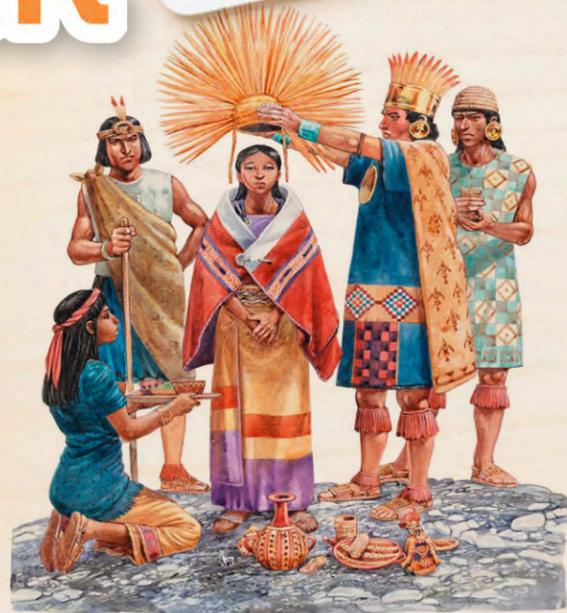
ENTENDA JURIDIQUÊS

'Entrâncias': é como se conhece, no Poder Judiciário, as categorias ou divisões das comarcas. As entrâncias podem ser finais, intermediárias e iniciais, a depender do porte. Os critérios estão previstos no novo texto da Lei de Organização Judiciária (LOJ). Um deles é a movimentação de processos. Quanto maior o número, mais força. O tamanho da população e do território do município também entram na composição. Para ser instalada, a comarca precisa ter pelo menos 50 mil habitantes. Também é exigido um número mínimo de 500 processos, nos três anos mais recentes.



GRANDES FIGURAS

No século XVII, surgiram sinais de insubordinação por parte de habitantes da então colônia. Um dos casos de maior repercussão está relacionado a Amador Bueno de Rivera. Dono de lavouras com centenas de índios, era um líder entre os primeiros ocupantes da terra. Tanto era considerado líder que seus coligados o aclamaram como rei em 1641! Só que não: esperto, Amador - que não era nem um pouco amador -, sabia que aquela aventura tinha tudo para acabar mal. Escondeu-se num convento e respondeu com vivas a D. João IV, rei de Portugal. Assim, voltou, de mansinho, a sua imensa propriedade, na Capitania de São Vicente, como se nada tivesse ocorrido.



ARQUIVO VIVO

Antes da colonização ibérica dominar a América, os incas já tinham uma ordem jurídica. O Estado juridicamente organizado chamava-se Tahuantinsuyu. As etnias diversas ocupavam desde onde hoje é o Chile até a Colômbia. Os primeiros juízes eram chamados curacas: administravam a organização das famílias. Tinham poderes especiais, atribuídos ao Deus Inca. A moral familiar era de interesse público. Adultério se punia com apedrejamento até a morte. O poder era imposto pelo medo, daí o rigor das punições na Justiça mais antiga das Américas.

VOCÊ SABIA QUE...

...foi sob domínio espanhol, em 1856, há exatos 430 anos, que o rei Felipe II e o vice-rei, cardeal Alberto, começaram a planejar a instalação do primeiro tribunal na então colônia da Coroa, chamado de 'Relação'?

NO ÂNGULO

Relacione as colunas abaixo. O número da primeira coluna sinaliza sua escolha na segunda coluna:

1. John Locke
2. D. Pedro I
3. José Bonifácio
4. Cypriano José Barata de Almeida
5. Guilherme, o Conquistador
6. Henri de Bracton
7. Martinho Lutero

() Publicou 95 teses atacando a venda de indulgências pela Igreja e lançou as bases da reforma e do protestantismo

() primeiro pensador a produzir teoria sobre o equilíbrio entre os poderes legislativo, executivo e judiciário para o fortalecimento do Estado e a continuidade das instituições

() jornalista e deputado eleito para a primeira Constituinte, embora não tenha tomado posse; conhecido como o 'homem de todas as revoluções'

() teve um reinado próspero e reorganizou a Inglaterra em bases feudais

() aclamado imperador do Brasil em 12 de outubro de 1822

() foi um dos membros da primeira Assembléia Constituinte do Brasil independente

() juiz inglês tido como fundador da jurisprudência, ao organizar o primeiro banco de sentenças, conhecido como Note Book (Livro de Anotações), com 2 mil veredictos



OS NÚMEROS

No dia **4 de julho**, os Estados Unidos da América completaram **240 anos** de independência. A Declaração da Independência da ex-colônia inglesa é de **1776**. A Constituição dos EUA foi definida em 17 de setembro de **1787**. As primeiras emendas, estabelecidas pelo Congresso, foram aprovadas em **1789**. Foram **17** emendas, que o Senado reduziu a **12**. O conjunto das emendas, ratificadas em **1791**, ficou conhecido como Bill of Rights. Os Estados fixaram em **10** o número das emendas deste Projeto de Lei de Direitos.

O PENSADOR

Immanuel Kant é considerado o filósofo moral mais importante da modernidade. Um de seus conceitos que até hoje utilizamos no cotidiano é o de boa vontade. Para Kant, o dom, o talento, o poder, não é bom em si, depende do seu uso. Assim, a Justiça não é boa em si, precisa julgar certo e atender o cidadão com celeridade. É a intenção, para Kant, que vale a pena verificar. Por isso, ele é intencionalista. As pessoas de boa vontade têm o dever de usar seus talentos para o bem geral. Daí, o imperativo categórico: devemos propor situações que sejam positivas para todos.



NA TELONA



Surpresas e amizade

Quem curte drama e uma boa dose de lágrimas, vai adorar o filme 'Um sonho de liberdade'. Trata-se da história de um jovem banqueiro, que é condenado à prisão perpétua, por ter sido acusado do assassinato de sua esposa. Porém, a vida atrás das grades promete surpresas, já que ele constroi amizade com outro preso.

PALAVRAS, APENAS

Senhor juiz

Rayane Araújo

Excelentíssimo senhor juiz, Venho, por meio desta carta, revelar minha enorme gratidão para com seu trabalho. Não sou capaz de expressar em palavras meu êxtase e tranquilidade em saber que minha comarca está sob sua gestão.

Sei que posso dormir tranquilamente e ficar despreocupada quanto à segurança da minha família, e olha que é uma grande família, — oito filhos, dez netos, um marido e duas cunhadas, solteironas, vale ressaltar. É uma família enorme, não? Enfim, não estou aqui para exaltar o quanto minha parentela usufrui dos programas oferecidos para nossa comodidade, quero por meio desta carta expressar minha gratidão — como já tinha dito anteriormente —, talvez a vossa senhoria não lembre do que eu relato, mas em minha memória não se perdeu tamanho ato.

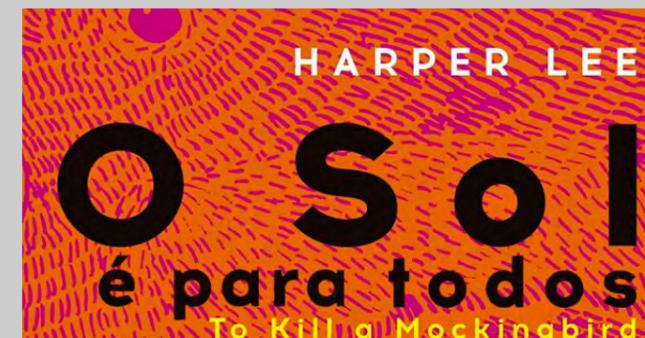
Afinal, vamos ser sinceros, não é todos os dias que encontramos um juiz tão cheio de vontade para ajudar os menos favorecidos — não que eu seja uma desfavorecida — mas admiro quem faz isso, e o senhor, com certeza é uma dessas pessoas únicas no mundo, quase que anjos, que estão sempre dispostos a se sacrificar por quem precisa.

Chega! Chega de enrolação, né? Antes que o senhor desista de ler minha carta, vou logo dizer o que tanto me impressionou. Aliás, não só impressionou como me fez perder o sono.

Estou falando daquela tarde ensolarada, em que o senhor estava em uma cafeteria tomando um café com sua linda família — pequena por sinal, viu? Uma esposa e um filho é muito pouco para quem tem um legado a deixar como o senhor, mas calma, não me critique, não estou aqui para julgar suas escolhas pessoais — e, então, quando o garçom lhe trouxe o lanche, o senhor falou uma palavra que há tempos não ouço, inclusive até achei que tinha sido extinta da nossa gramática. Vossa excelência disse 'obrigado'.

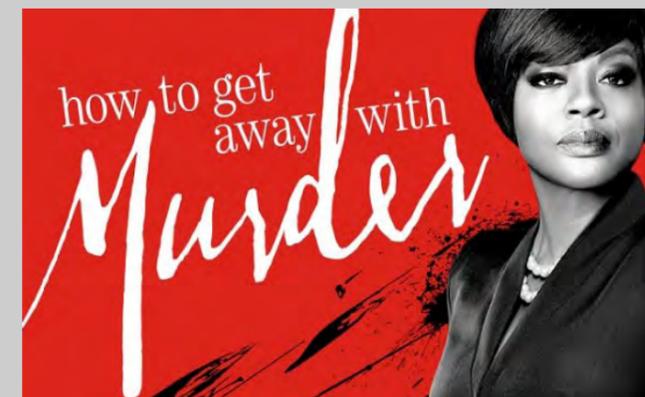
Tamanha foi minha surpresa com isso que perdi até a fome, se o senhor foi capaz de ser grato com algo tão bobo, com alguém que na classe social está abaixo do senhor, então posso dormir tranquilamente porque sei que minha comarca está sob tamanha proteção.

BOA LEITURA



Sabe aquelas histórias de tirar o fôlego, que te deixa pensando sobre os personagens várias dias depois de já ter finalizado? O livro O sol é para todos é bem assim. Porém, já vou logo avisando, se você não gosta de dramas fortes e leituras envolventes e penetrantes é melhor não se arriscar nessa jornada, pois as lágrimas são certas. O livro retrata com precisão a história de um advogado que defende um homem negro acusado de estuprar uma mulher branca nos Estados Unidos dos anos de 1930 e enfrenta represálias da comunidade racista.

SÉRIES DA HORA



Absurdos, mas nem tanto, por Shonda Rhimes

O título te assustou? Fez pensar, 'nossa, que absurdo essa série, falando de coisas ilegais já no nome'; calma, antes de parar de ler nessa linha mesmo, peço que deixe de lado o susto com o nome How to get away with murder (como sair com um assassino) e preste bem atenção no que vou escrever. Nesta série, conhecemos a determinada e ambiciosa professora universitária e advogada de defesa Annalise Keating (Viola Davis). Com muito mistério, How to get away with murder desperta nossos melhores e piores sentimentos, ao mesmo tempo que nos faz enxergar as pessoas 'condenadas' com outros olhos.

JUSTA LETRA

Advogado Honesto

De João Mulato e Douradinho

Um doutor advogado trabalhava
Com cadência
Em seu trabalho mostrava
Sua grande competência
Em sua sala de espera por todos
Tinha frequência
Enquanto todos esperando
Uma mulher foi entrando
Sem menos pedir licença...

Os filhinhos maltrapilhos
Consigo ela levava
Cortando a frente dos outros
Ao advogado ela implorava
E de joelhos no chão
A sua história contava:
Meu esposo pra se defender
Matou para não morrer
Um ladrão que lhe assaltava...

O doutor pediu licença
A quem ali lhe esperava
Entrou para o necrotério
Onde o corpo se encontrava
Queria ter a certeza se morto
O rapaz estava
Seu olhar perdeu o brilho
O ladrão era o seu filho
Que ele tanto estimava
Voltando a delegacia
Contando toda a verdade
Quero ver o criminoso
Vou por ele em liberdade
Nem todo o dinheiro compra
Esta é toda a realidade
Meu filho tinha de tudo
Dinheiro, carro e estudo
Mas não tinha honestidade...

Olhando pra este homem
Me sinto até humilhado
Vou defender seu marido
Um trabalhador honrado
Defender um pai de família
É o meu dever sagrado
Se eu perder essa parada
Na vida não sou mais nada
Por ser bom advogado...

Esta peça foi encenada pela primeira vez em 392 a.C., em Atenas e é considerada uma crítica a certos filósofos da época. Mas sua beleza vai além do seu tempo de existência. Seu verdadeiro encanto está na mensagem transmitida e no quanto ela é real nos dias de hoje.

Com uma linguagem bem-humorada, Aristófanes retrata uma sociedade machista – afinal, em 392 a.C não existia muita igualdade de gênero, não é mesmo? – e o desejo ardente que as mulheres carregavam dentro de si por um mundo onde pudessem expressar suas opiniões.

Além de tudo, nos fazer pensar sobre o preconceito com as pessoas consideradas ‘sem beleza’ pela sociedade, e como elas sentem esse desprezo em suas vidas.

Ao assistir, ou no caso ler essa obra mergulhamos em um universo cheio de trama e conspiração, porém descontraído e realista. Com uma linguagem divertida, Aristófanes nos expõe um mundo quebrado e falido — na visão das mulheres —, por ser administrado por homens.

Insatisfeitas com essa situação, as donas de casa esperam a calada da noite para planejar uma revolução, com o propósito de tomarem o poder.

Valentina - (com uma lanterna na mão e olhando ansiosa para as duas ruas) Será possível? Apesar de termos combinado tudo direitinho em nossa última reunião secreta, nenhuma das nossas correligionárias apareceu até agora! E está chegando a hora da Assembleia! Temos de ocupar já os lugares onde até agora os homens públicos falavam das mulheres públicas. É hora de sentar nossas (apontando para certa parte do corpo) pessoas nos melhores lugares antes que cheguem lá os homens.

Vestidas de homens e saindo de casa às escondidas, deixando pra trás maridos atordoados e confusos, as mulheres ensaiam como conseguirão fazer com que os governantes entreguem o poder a elas, sem que percebam isso.

1.ª Mulher – ... Portanto nós todas confirmamos você, neste momento, como nossa chefe, a fim de que você possa realizar os seus projetos. Mas



A REVOLUÇÃO DAS MULHERES

Peça assinada por Aristófanes há 23 séculos está cada dia mais atual devido à luta contra o Patriarcado

se algum político apartearse você na assembleia, como você reagiria?

Valentina – Eu diria que ele estava dizendo bobagens.

Não vou entregar o final rsrs, mas posso garantir que é de surpreender, sem falar na maestria de Aristófanes em prever nossa contemporaneidade. Com um bom humor admirável ele retrata a organizada desorganização em que vivemos.

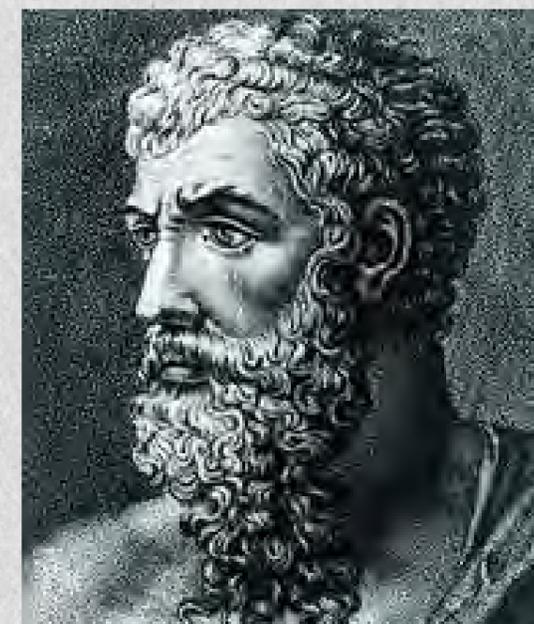
Valentina – (passando a mão vaidosamente no cabelo e ajustando a roupa) Então esse cidadão

não vai nem com a moça nem com as senhoras. A moça tem 20 anos, as senhoras devem ter uma média de 60, ou seja, 20 mais 60 igual a 80. Como 80 divididos por dois igual a 40 (a mamãe aqui tem mais ou menos 40...) (segurando o Rapaz gentilmente pelo braço) Venha comigo! Resolvi o seu caso, agora você vai resolver o meu! (à parte) Afinal de contas eu não ia fazer essa revolução para aprontar a cama para outras deitarem!

RAYANE ARAÚJO

Para ler a peça na íntegra é só acessar o link: <http://oficinadeteatro.com>

SAIBA MAIS



QUEM FOI ARISTÓFANES?

Foi um dramaturgo ateniense que viveu aproximadamente entre 448 e 380 a.C. Suas primeiras obras de comédia foram assinadas com um pseudônimo, mas depois assumiu a autoria.

Escreveu 40 peças, mas apenas 11 chegaram até nós inteiras. Aristófanes se aprofundou na sátira social e política, e assim revelou-se um escritor único, sendo difícil achar um outro escritor com uma agressividade como a dele.

Aristófanes também era ligado ao partido aristocrático e combateu violentamente os demagogos Cléon e Hipérbolo, que na época dominavam a cidade.

Fonte: <http://educacao.uol.com.br/biografias/aristofanes.htm>



TJ SOCIAL

por Adriana Barreto

MIL E UMA NOITES

As festas na casa da desembargadora Lourdes Medauar são sempre animadas. A mais recente foi temática: uma noite das Arábias para celebrar a amizade e a alegria de viver, com algumas convidadas caracterizadas, com direito a lenços, véus, túnicas e maquiagem artística. Para a diversão geral, o agito contou com show de música ao vivo e cardápio reunindo o melhor da culinária árabe. A mais mais da noite? A juíza Vera Medauar!

Na galeria, os cliques da noite.



Desembargadora Lisbete César Santos e juíza Márcia Mascarenhas



Juízas Darilda Maier e Andrea Miranda



Juízas Martha Moraes e Jacqueline Campos



Juíza Vera Medauar e desembargadora. Lourdes Medauar



Juízas Rosana Fragoso e Socorro Habib



Através do programa 'Presidência em Movimento', que prioriza o diálogo, a união e o compartilhar, a Presidente do TJ-BA, a desembargadora Maria do Socorro Barreto Santiago, tem oportunidade de visitar comarcas do interior do Estado e, conhecendo a realidade do Judiciário local, discutir e apresentar ações para uma melhor prestação jurisdicional. Palmas para esse modelo de gestão participativa e cidadã!



Thais Assemany e sua filha Joana

É FESTA!

Thais Assemany, supervisora do SAJ Salvador Shopping, comemorou os quatro aninhos de sua filha Joana com uma festa que remetia a uma encantadora viagem ao mundo encantado da Sereia Ariel. Parabéns!

ANARRIÊ

O casal Tatiara e desembargador Sérgio Cafezeiro foi o responsável por dar vida a um almoço junino dos mais inesquecíveis em Jequié. Com décor temático e mesas repletas de comidas típicas, não passou despercebido cardápio com doces caipiras de dar água na boca. Para comer, churrasco e outros pratos regionais; champanhe foi a bebida do dia, mas também teve licor e cerveja gelada. Para fechar com tudo, um trio nordestino que levou a turma animada para a pista. Quem passou por lá? Flashes neles!



Des. Sergio Cafezeiro, desa. Socorro Santiago e Tatiara Cafezeiro



Desembagadoras Nágila Brito e Joalice Guimarães



Desembagadora Ilona Reis



Desembargador Luiz Fernando Lima e Cirlene



Vanessa e Desembargador Júlio Travessa



Aimee e Des. Moacyr Montenegro Souto



Juíza Cenina Saraiva e Des. Baltazar Miranda Saraiva

Me Aqueça Nesse Inverno!



Campanha do Agasalho 2016



Doe agasalhos e/ou cobertores e ajude quem mais precisa!

CAS
COORDENADORIA DE AÇÃO SOCIAL



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA

Doações deverão ser entregues **até o dia 28/07** das **08h às 18h.**
Ponto de entrega: Sala 314-N
(Cerimonial da Presidência/Ação Social)



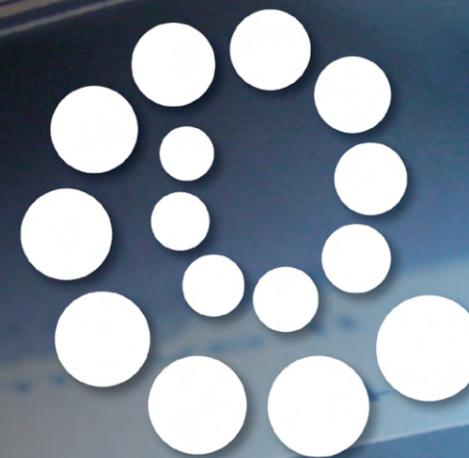
CLICK!



Juíza Ângela Bacellar, presidente Maria do Socorro Barreto Santiago e a corregedora das comarcas do interior, Cynthia Maria Pina Resende



Poderes Judiciários e Executivo municipal em encontro para promover o diálogo: presidente Maria do Socorro Barreto Santiago e prefeito Antonio Carlos Magalhães Neto



UNICORP

UNIVERSIDADE CORPORATIVA TJBA

CONHECIMENTO
A SERVIÇO DA JUSTIÇA

www.tjba.jus.br/unicorp

